

**VOLUME No. 19**

**COMMUNICATIONS POLICIES II**

**THE MAC BRIDE REPORT**

## TABLE OF CONTENTS - ÍNDICE

1. **“A UNESCO e a Nova Ordem Mundial da Comunicação”** – Texto integral e unificado de uma série de três artigos publicados no Diário do Comércio de Belo Horizonte, por iniciativa do jornalista Guy de Almeida, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 1980 e, posteriormente, no início de 1981, através de uma brochura, pelo Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina”.
2. **Correspondência, em 1978, com Asher Deleon**, secretário executivo da Comissão MacBride.
3. **Resumo comentado do Informe Mac Bride**, elaborado em 1980, com base na versão francesa do documento.
4. **“Direito à comunicação: um mundo, muitas vozes”** – Palestra em Brasília no Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 – Direito à comunicação: muitas vozes; 17 e 18 de agosto de 2005- Câmara dos Deputados – Brasília”.
5. **Geraes** – Departamento de Comunicação Social da UFMG – 1980 – Informe Mac Bride.

## **DOCUMENTO No. 1**

# **A UNESCO E A NOVA ORDEM MUNDIAL DA COMUNICAÇÃO**

Marco Antonio Rodrigues Dias

UnB- 1980

Texto de uma série de três artigos publicados no Diário do Comércio de Belo Horizonte, por iniciativa do jornalista Guy de Almeida, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 1980 e, posteriormente, no início de 1981, através de uma brochura, pelo Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina”. Versão em espanhol foi publicada em uma revista em Bogotá

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL — JORNALISMO

A Unesco e a  
Nova Ordem Mundial  
da Comunicação

MARCO ANTONIO RODRIGUES DIAS

# A UNESCO E A NOVA ORDEM MUNDIAL DA COMUNICAÇÃO

Professor Marco Antonio Rodrigues Dias<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente no Diário do Comércio, de Belo Horizonte, **dias 22,25 e 26 de novembro de 1980**. Republicado, em 1981, através de brochura, pela Universidade Federal de Santa Catarina – Curso de Comunicação: Jornalismo. O autor deste artigo, Professor Marco Antonio Rodrigues Dias é jornalista, ex-vice-reitor da Universidade de Brasília, membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, do **Board of Trustees** do Instituto Internacional de Comunicação de Londres e participante, nos últimos anos, de várias reuniões sobre o assunto, inclusive como perito convidado pela UNESCO (nota da brochura da UFSC)

**Observação atualizada janeiro de 2009:** De 1981 a 1999, o Professor Marco Antonio Rodrigues Dias foi diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO e, em seguida, passou a agir como consultor internacional no campo do ensino superior colaborando, em particular, com a Universidade das Nações Unidas. O texto é o original de 1980, quando era professor de comunicação na UnB, onde tinha sido chefe de departamento, decano de extensão e vice-reitor.

Pode um grupo de dezesseis pessoas, provenientes de todos os continentes e representando o mais amplo leque ideológico e cultural, realizar um trabalho de análise sobre o conjunto dos problemas da comunicação na sociedade contemporânea?

Foi exatamente isto que o diretor geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow, solicitou de uma comissão presidida pelo ex-ministro das Relações Exteriores da Irlanda, Sean MacBride, Prêmio Nobel e Prêmio Lenine da Paz, cujo relatório acaba de ser examinado pela Conferência Geral da UNESCO, que esteve reunida em Belgrado de 22 de setembro a 26 de outubro de 1980.

O relatório, editado inicialmente em francês e inglês, com o título de “Vozes Múltiplas, um Único Mundo – Comunicação e Sociedade Hoje e Amanhã”, já foi traduzido para o português, prevendo-se que, em breve, possa ser encontrado nas livrarias das principais cidades brasileiras.

Qual o valor deste trabalho?

Isto pode ser medido pelas reações que provocou em toda a parte, seja de entusiasmo pelos que nele entendem encontrar o fundamento para a implantação de uma Nova Ordem mundial da Comunicação, mais justa e equilibrada, seja pelos que o atacam por julgar que contraria os princípios básicos de sua conceituação do que é comunicação.

Segundo o especialista Luís Ramiro Beltrán, elemento simpático ao relatório, assim como, para alguns, um camelo é um cavalo produzido por uma comissão, o relatório MacBride, fruto também de uma comissão, não é uma peça perfeita, apresenta falhas e mesmo distorções.

De fato, não é o ideal, nem poderia ser. É trabalho de conciliação, produzido no quadro de uma organização internacional, a UNESCO, que, necessariamente, deve procurar atingir o consenso entre opostos, de vez que todos os países dela participantes têm o direito de defender seu ponto de vista. O resultado final tem de ser aquilo que consiga obter acordo na comunidade internacional.

O relatório, porém, se bem que conciliador, não é amorfo, enfrenta os problemas de frente e por isso, tornou-se polêmico. É também um documento importante pelo simples fato de ser o primeiro, na história dos estudos de comunicação, a ser gerado dentro de uma organização internacional com o objetivo de tentar estabelecer uma visão de conjunto e global de todos os problemas ligados à comunicação na sociedade contemporânea.

Quais os maiores ataques ao relatório?

Eles vieram de três setores:

1. Alguns meios acadêmicos, sobretudo latino-americanos acharam o relatório tímido, demasiado conciliador, havendo alguns que apontaram o caráter não científico do trabalho. Esta reação manifestou-se, ao que consta, em recente reunião da Associação Internacional de Pesquisadores em Comunicação, realizada em Caracas, na Venezuela.
2. Meios oficiais e particulares norte-americanos, por outro lado, acentuam que a definição de liberdade, no relatório, é limitada, que há preconceitos claros contra o uso comercial dos meios de comunicação e várias análises feitas e medidas propostas poderão estimular um controle governamental e a censura sobre os meios de comunicação. Consta também que posição idêntica teria sido tomada por proprietários de jornais brasileiros através de documento reservado enviado ao governo brasileiro.
3. Representantes do bloco socialista, sobretudo os soviéticos, queixaram-se de partes do relatório; entenderam que a análise seguia padrões demasiadamente “ocidentais” e protestaram contra o apoio dado ao “direito de comunicar”, segundo eles inexistente no Direito Internacional, e contra as limitações propostas ao direito de o Estado atuar na área de comunicação.

Outras opiniões, porém, vieram em sentido contrário. Uma das mais equilibradas foi a de Jean Darcy, presidente do Instituto Internacional de Comunicação, que, no congresso anual desta entidade no Canadá, em setembro último<sup>2</sup>, e posteriormente na própria Conferência Geral da UNESCO, afirmou que o relatório é bom e construtivo.

---

<sup>2</sup> 1979

Manifestações de apoio vieram, em grande número, de países em desenvolvimento. Para o professor iugoslavo Tomo Martelac, o relatório representa apenas o início; abre novas vias, é importante por se tratar da primeira visão integral do problema e por mostrar a importância da comunicação na sociedade.

Mustapha Masmoudi, ex-ministro da Informação da Tunísia e atualmente embaixador de seu país na UNESCO, elemento que tem liderado o Grupo dos 77 –países em desenvolvimento- na discussão desta matéria, entendeu que o relatório representa um passo adiante nos esforços de implantação de uma nova Ordem mundial da Comunicação.

O que é, então, o relatório:

É impossível responder de maneira a agradar a todos. Cada um terá sua visão, mas há observações que podem ser feitas após uma leitura detalhada do documento. Têm razão os que apontam nele falhas, que começam com sua apresentação. É prolixo e repetitivo e, às vezes, contraditório. A título de exemplo, mencionemos o fato de chamar a atenção sobre efeitos perniciosos da tecnologia, quando não se levam em consideração as consequências sociais de seu uso, mas, em várias partes, acaba demonstrando uma fascinação com o poderio mágico de novas técnicas que seriam capazes de solucionar vários dentre os problemas sociais do mundo.

O próprio diretor geral da UNESCO, de maneira sutil, fez críticas ao relatório, ao afirmar que algumas questões foram tratadas ligeiramente por falta de tempo ou de dados: aspectos tecnológicos e inovações técnicas, processamento de dados, relações de competição entre meios, interdependência da cultura e comunicação, aspectos econômicos da comunicação, correlação entre nova ordem econômica e nova ordem da comunicação.

O saldo, porém, acentua o diretor da UNESCO é positivo, e a Comissão desincumbiu-se a contento de sua missão, que era a de estudar “a totalidade dos problemas da comunicação nas sociedades modernas”. O trabalho, amplo e abrangente, divide-se em cinco partes:

#### I. Comunicação e sociedade.

- II. A comunicação nos dias de hoje.
- III. Problemática, preocupações comuns.
- IV. Quadro institucional e profissional.
- V. A comunicação amanhã.

Quais os grandes temas que caracterizam o estudo?

O que chama a atenção basicamente é o fato de os autores do relatório tentarem integrar suas análises dentro de uma visão bastante atual do processo de comunicação, fugindo, sempre que possível, da visão mecanicista e manipuladora da comunicação.

Dentro desse quadro, são de chamar a atenção as seguintes colocações do relatório Mac-Bride:

1. Insiste-se na necessidade de respeito ao público, que deve ser visto como sujeito e não como objeto do processo, devendo-se favorecer sua participação e seu acesso aos meios de comunicação, bem como todas as formas de comunicação bi ou multidirecionais. Em consequência, não se pode mais falar apenas em liberdade de “receber” a comunicação, mas no direito amplo de comunicar de todo o público.
2. O relatório é um verdadeiro hino à liberdade, mas à liberdade que acarreta consigo o sentimento de responsabilidade. A censura é atacada sem tergiversação. O controle estatal absoluto é considerado prejudicial. A atuação de monopólios ou oligopólios também é denunciada como contrária à liberdade.
3. Com base em dados concretos e estatísticas do mundo inteiro, mostra que há necessidade de alterações no fluxo de informações entre as nações e, internamente, em cada país, de maneira a evitar que o fluxo se faça em mão única dos desenvolvidos para os países em desenvolvimento e, no interior dos países, de cima para baixo, exclusivamente. Além disso, o conceito de notícias deve ser ampliado de maneira a não englobar apenas os “acontecimentos”, mas “processos” inteiros. Por exemplo, a fome é um processo, enquanto uma greve de fome é um acontecimento; uma greve

estudantil, poderíamos acrescentar, é um acontecimento, enquanto a estrutura centralizadora e repressora dentro de uma universidade é um processo.

4. A necessidade de criação de políticas de comunicação que estimulem e favoreçam processos de desenvolvimento é clara no texto. Este, além do mais, insiste no desenvolvimento endógeno, que beneficie toda a população, sendo inadmissível, hoje, o uso da comunicação apenas para fazer a população aceitar sacrifícios de um crescimento que nunca virá beneficiar toda a coletividade.
5. Apesar do fascínio com as novas tecnologias, o relatório é enfático ao chamar a atenção dos países em desenvolvimento para a necessidade de estudos que conduzam ao emprego de tecnologias adequadas ao seu estágio. A tecnologia, diz o relatório, raramente é neutra; seu uso, menos ainda. A assistência técnica também é analisada, ficando claro ser inaceitável um procedimento que, aparentemente filantrópico, na realidade não faz mais que estimular a dependência.
6. A posição do profissional de comunicação e a necessidade de sua formação são exigidas, o que leva a uma posição extremamente favorável à sua valorização. São repudiadas, de forma especial, todas as tentativas de desvalorização da profissão, inclusive a prática difundida em vários países do uso de jornalistas como elementos auxiliares dos serviços de informação e repressão.

Tratando-se de um documento amplo e abrangente, torna-se difícil por em destaque alguma parte. Mas a parte III do relatório promove uma análise sobre a democratização da comunicação que, no quando atual, aproxima-se da perfeição.

A democratização é vista também como um processo, mais do que como um conceito estático. Os autores do relatório avançam em sua análise até a tentativa de reformulação do que seria o direito de comunicar, o qual seria integrado pelos seguintes elementos:

- a) Direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação;
- b) direito de apresentar questões, de ser informado, de informar e outros direitos de informação;

- c) direito à cultura, direito de escolher, direito à vida particular e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo.

Tal enfoque, aliás, está bem claro dentro da afirmação do presidente da Comissão, Sean MacBride, para o qual existem laços estruturais entre estes problemas (os da comunicação) e as estruturas socioeconômicas e culturais, o que explica o caráter altamente político de que, afinal e inevitavelmente, se revestem os problemas da comunicação e, em consequência, sua importância primordial sobre a cena nacional e internacional.

O relatório da Comissão MacBride talvez tenha sido o assunto de maior repercussão em pelo menos três grandes congressos internacionais realizados entre julho e setembro de 1980: a reunião da Associação Internacional de Pesquisa em Comunicação, na Venezuela; um congresso internacional em Filadélfia, Estados Unidos, promovido pela Anneberg School of Communications, com a participação de representantes de mais de sessenta países, e o Congresso anual do Instituto Internacional de Comunicação, realizado em setembro em Ottawa, no Canadá.

Todas estas discussões eram como preliminares ao grande debate previsto para Belgrado. Ali deveria efetuar-se, como de fato aconteceu, entre setembro e outubro, a Conferência Geral que a UNESCO realiza de dois em dois anos para definir seu programa e linha de ação.

Em Belgrado, houve praticamente consenso entre as delegações sobre a posição insustentável da ordem antiga e sobre a necessidade do estabelecimento de uma nova Ordem Mundial de Comunicação, segundo informou a agência iugoslava Tanjug.

As divergências, no entanto, mantiveram-se sobre as soluções para o diagnóstico, conforme acentuou a Agence France-Presse, em despacho datado de Belgrado a 14 de outubro, mas que não foi publicado por nenhum jornal brasileiro. Em Brasília, pessoas interessadas no debate foram informadas do que acontecia em Belgrado, através do jornal “El Moudjahid”, da Argélia. Disse a AFP:

-“O debate público de três dias sobre o relatório MacBride na conferência de Belgrado confirmou que as diferenças de concepções sobre a função dos meios de informação permanecem intransponíveis sobre os pontos essenciais”.

Prosseguiu a AFP relatando o discurso do representante norte-americano na Comissão MacBride, Elie Abel, que:

- a) reafirmou o conceito ocidental de liberdade de imprensa;
- b) evocou a “democratização” da informação preconizada pelo relatório, sublinhando que esta palavra não tinha o mesmo sentido para todos;
- c) defendeu o direito de cada país à posse de seu próprio sistema de informação;
- d) justificou a existência dos meios de comunicação comerciais.

Segundo este despacho, o delegado da República Federal da Alemanha pronunciou-se de mesma maneira, enquanto a delegada polonesa lamentava que o texto do trabalho estivesse baseado na concepção ocidental. “A UNESCO deve ocupar-se de informação cada vez mais”, afirmou ela. Tal afirmação era uma réplica ao presidente do Instituto Internacional de Imprensa (órgão dos proprietários de jornais), Cushrow Irani, que afirmara: “A UNESCO deve se ocupar de educação, de ciência e de cultura e de mais nada”.

No geral, no entanto, os debates foram calmos, embora quase todas as delegações insistissem em exprimir suas opiniões, aliás, já conhecidas de antemão. A “monotonia” dos discursos, ainda segundo a AFP, foi rompida pelo delegado inglês, Tom Margerison, que, de forma humorística, exprimiu as reservas de seu país em relação ao relatório.

Referindo-se a uma história inglesa, segundo a qual um padre do interior, convidado por seu bispo, lhe declara que o ovo que lhe foi servido “é excelente em alguns de seus pedaços”, Mr. Margerison declarou que “este ovo –o relatório- ainda que seja melhor que o de há dois anos-, como afirmou o eminente delegado francês (Jean D’Arcy), é ainda indiscutivelmente mau. Não gostamos dele, concluiu o inglês, debaixo do protesto de representantes de um sem número de países.

Se, no plenário, as coisas andavam calmas, o mesmo não acontecia nos bastidores, com os delegados norte-americanos, deixando claro que seu país não apoiaria programas e atividades da UNESCO que fossem contra o que os Estados Unidos entendem ser a liberdade de informação e a circulação livre das notícias.

Ao mesmo tempo, um Comitê de Redação, integrado por 12 países, era nomeado pela Conferência Geral, com o objetivo de tentar uma síntese de três projetos de resolução que lhe foram enviados pelos países da Comunidade Econômica Europeia com os Estados Unidos, o Grupo dos 77 (países em desenvolvimento) e a União Soviética mais a República Democrática da Alemanha. Estes projetos de resolução eram divergentes entre si e todos procuravam destacar do relatório MacBride pontos coincidentes com suas posições políticas e ideológicas.

Estes três grupos, há tempos, vêm se cristalizando dentro das discussões sobre questões de comunicação no interior e da UNESCO. Apesar disso, as grandes agências internacionais de notícias, sobretudo a UPI, procuram assimilar a posição dos países em desenvolvimento à dos países socialistas. Na prática isso não corresponde à realidade, embora haja pontos e intersecção entre as duas posições, como, às vezes, há entre os países industrializados e os países em desenvolvimento.

A Comissão de conciliação foi presidida pelo delegado do Senegal, Thiam, que também era o presidente da Comissão de Educação e Cultura da Conferência Geral. Ao final, o delegado senegalês logrou alcançar o consenso, tanto na comissão quanto no plenário, em um documento amplo e genérico que estabelecia:

- 1- Houve consenso e nenhum representante oficial dos países membros da UNESCO colocou em dúvida a capacidade constitucional da entidade internacional de ocupar-se da comunicação e da informação ou a legitimidade do mandato atribuído ao diretor-geral pela Conferência Geral para proceder a um estudo global da comunicação. Sobre o relatório, o diretor-geral produziu um documento de análise sóbrio, claro e objetivo, sem preconceito de espécie alguma.
- 2- Em relação ao relatório MacBride, a maioria dos Estados membros o julga positivo e todos reconhecem que ele traduz todas ou pelo menos parte das preocupações e interrogações com que o mundo se coloca diante dos problemas da comunicação. Há, no entanto, divergências que dizem respeito à natureza que se poderia atribuir ao relatório, ao uso que dele poderia ser feito, sobre a substância que ele contém, sobre o enfoque que adotou em relação a certos problemas, sobre

a competência de seus autores, sobre os resultados a que chegou, sobre as recomendações que sugere.

- 3- O relatório é, de qualquer forma, uma contribuição importante ao estudo dos problemas mundiais da comunicação. Seu estudo não é definitivo, MS representa um marco fundamental na análise da questão.
- 4- É necessário, então, estimular sua multiplicação, sua difusão, comunicá-lo a todos os governos e profissionais, às universidades, centros de pesquisa, e prosseguir no esforço de elucidação e aprofundamento de vários dos pontos levantados.
- 5- Todos, porém, reconheceram, implícita e explicitamente, a necessidade, ou melhor, a legitimidade de promover uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação. Esta Nova Ordem, para ser viável, deve se apoiar em: supressão das barreiras internas e externas; pluralismo de informação, liberdade de imprensa; livre circulação da informação, das ideias e das pessoas, princípios todos estes contidos na Declaração dos Direitos do Homem e em resoluções pertinentes das Nações Unidas e, enfim, sobre a liberdade dos jornalistas, inseparável da responsabilidade e da supressão dos efeitos negativos de certos monopólios.
- 6- Esta Nova Ordem deve passar pela possibilidade de os países em desenvolvimento melhorarem suas capacidades endógenas e ela vontade sincera de os países desenvolvidos os ajudarem a se equipar, a formar seus quadros e a responder às suas necessidades e aspirações.
- 7- Embora sem tirar conclusões definitivas, a UNESCO deve difundir, ao máximo, o relatório, dando a todos a oportunidade de analisá-lo em profundidade e de debater seu conteúdo, seu enfoque conceitual e metodológico, os acordos e desacordos, as recomendações, os silêncios, as fraquezas e lacunas, na perspectiva de suscitar e estimular o debate mais amplo possível dos problemas que levantou.
- 8- A UNESCO deve prosseguir nos estudos e reflexões sobre a questão, sobretudo com respeito aos meios práticos de se por em execução certas recomendações que se orientam no sentido da promoção de uma Nova Ordem Mundial da Comunicação, sem que a liberdade de informação seja posta em causa.
- 9- Para isso, é necessário dotar o setor de comunicações e cultura da UNESCO dos meios necessários a esta missão.
- 10- A UNESCO deve também examinar concretamente uma forma de ajudar os jornalistas que desejam adquirir melhor conhecimento das culturas e das realidades econômicas, políticas e sociais dos diferentes Estados que a compõem.

11- A UNESCO deve, por fim, prosseguir em sua ação de contribuição para mudanças que visem à promoção de uma Nova Ordem Mundial d Informação e da Comunicação.

Com base na aprovação deste relatório da Comissão de Cultura e Comunicação, que substituiu as resoluções apresentadas pelos três grupos (industrializados, socialistas e países em desenvolvimento), anunciou-se, no final da reunião de Belgrado, que a UNESCO separaria os setores de cultura e de comunicação, passando este último a ter autonomia completa.

Por outra parte, no programa a ser cumprido, a partir de agora, a UNESCO dará atenção às questões ligadas à necessidade expressa de democratização, que dirão respeito a:

- circulação livre e equilibrada da informação
- educação do público em relação aos meios de comunicação
- proteção dos jornalistas
- formação de especialistas
- desenvolvimento e elaboração de tecnologias suscetíveis de serem produzidas a baixo custo nos países sem desenvolvimento.

Informou-se, ainda que as atividades referentes ao desenvolvimento da comunicação vão se beneficiar de um crescimento da ordem de 90% dos recursos extra-orçamentários. Em consequência, espera-se que o debate sobre a comunicação, sua organização e suas estruturas, longe de se encerrar com o exame do relatório MacBride, deverá, agora, intensificar-se no mundo inteiro.

Paralelamente ao estudo do relatório MacBride, a Conferência Geral da UNESCO que se efetuou em Belgrado, de 23 de setembro ao final de outubro de 1980, debateu e aprovou a criação de um Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC). Seu objetivo básico será o de criar condições para que países desprovidos de condições na área de comunicação possam criar ou desenvolver seus sistemas, facilitando melhor fluxo de comunicação em escala mundial.

Neste setor, também, foram grandes os debates de bastidores, com o surgimento de divergências que pareciam insolúveis, dada a cristalização de opiniões em torno de três grupos: o do Ocidente industrializado, o dos países em desenvolvimento e o dos países socialistas.

Os interesses em jogo, tanto econômicos quanto políticos, são grandes. Na abertura do Congresso Anual do Instituto Internacional da Comunicação, realizado em 1980, em Ottawa, no Canadá, na conferência de abertura, a 8 de setembro, Olof Palme, analisando a questão da assistência técnica, disse o seguinte:

-“...falando sobre os bancos de desenvolvimento multilaterais, ele (o secretário do Tesouro dos Estados Unidos) afirmou que cada dólar de contribuição para estes bancos resultou num aumento do produto nacional bruto norte-americano na quantia de três dólares. Este mesmo estudo mostrou que, como resultado direto das atividades dos bancos de desenvolvimento multilaterais, o emprego nos Estados Unidos cresceu na ordem de 46 mil unidades anualmente. Estudos para outros países, sem dúvida, mostrariam resultados similares”.

Apenas estes dados, de natureza econômica e financeira, já seriam suficientes para mostrar que esta questão é delicada e atinge interesses enormes. Mas há o aspecto político também. Na área de comunicação, geralmente, a assistência é dada, no caso da África e Ásia pelas antigas metrópoles coloniais. Agências nacionais de notícias têm sido constituídas com apoio dos antigos colonizadores, que fornecem material, treinam pessoal e implantam serviços que tendem a repetir as experiências dos centros desenvolvidos. A ajuda é, de maneira geral, vinculada, e os equipamentos, em vez de serem produzidos localmente ou adquiridos no mercado mundial ao melhor preço, são comprados todos no país que fornece a ajuda. O neo-colonialismo é reforçado desta maneira.

A discussão sobre criação ou reforço de estruturas de comunicação pode, além do mais, desviar o tema dos debates. O argumento usado é o de que só poderá haver equilíbrio no fluxo de informações quando os países em desenvolvimento dispuserem de estruturas de comunicação que permitam o diálogo. “Temos de ser pragmáticos”, dizia ao Congresso do Instituto Internacional de Comunicação, Leonard Marks, o tesoureiro do “World Press Freedom Committee”, criado em 1976 justamente com o objetivo de se opor às mudanças de enfoque que, já naquela época, se propunham para os sistemas de comunicação.

Acontece, porém, que essa ideia não é nova. Em 1956, durante uma reunião de peritos realizada na UNESCO. Em Paris, para tratar da questão da influência dos meios de comunicação sobre a juventude, a delegação norte-americana evitou a criação de um organismo para tratar do assunto com base no mesmo argumento. O importante era dar assistência técnica para desenvolver sistemas de comunicação nos países que, na época, ainda eram chamados, com mais franqueza, de subdesenvolvidos. Prefere-se atualmente a expressão países em desenvolvimento. Só que, após vinte e quatro anos daquela reunião de 1956, a diferença entre países ricos e pobres proporcionalmente só tem aumentado.

Quando era mais aceso o debate sobre a situação dos meios de comunicação e, em 1978, a Conferência Geral da UNESCO tomava conhecimento preliminar do relatório MacBride, algumas delegações lideradas pela dos Estados Unidos propuseram a criação de um mecanismo de assistência aos países em desenvolvimento.

Em consequência, a UNESCO, com a colaboração do Departamento de Estado, reuniu em Washington, em novembro de 1979, um grupo de 33 peritos, convidados a título pessoal, a fim de analisarem a questão.

Ali, durante uma semana, o ambiente esteve quente e tenso o tempo todo, ficando clara, de uma vez por todas a existência das três tendências entre os países que compõem a UNESCO: a dos industrializados, a dos socialistas do bloco soviético e a dos países em desenvolvimento. A tendência dos primeiros, naturalmente, é a de tentar manter o status quo que lhes é conveniente. A União Soviética não demonstra grande entusiasmo pela questão da assistência técnica, que, aliás, não é o seu forte. Os países em desenvolvimento são heterogêneos, política e culturalmente, mas, no caso, têm um ponto em comum: a luta para sair do subdesenvolvimento, estando todos convencidos de que grande parte da responsabilidade pelas injustiças existentes no mundo tem sua fonte no sistema atual de relações internacionais, baseado em moldes colonialistas. O desacordo entre os peritos foi total.

Na época, os representantes dos Estados Unidos defendiam a criação de um fundo que estimularia a cooperação bilateral e seria dirigido por um conselho controlado pelos países ricos<sup>3</sup>. Segundo alguns, isto equivaleria a um Plano Marshal para as comunicações. A

---

<sup>3</sup> Nota de atualização – janeiro de 2009- O Professor Marco Antonio Rodrigues Dias foi um dos especialistas latino-americanos convidados a título pessoal para participar deste encontro. Durante a reunião, ele se posicionou solidariamente com os demais participantes do Grupo dos 77 e reagiu à proposta norte-americana de

UNESCO perderia a posição de predominância no setor. Os representantes dos países em desenvolvimento propuseram a criação de um Instituto Internacional de Comunicação, dirigido por um conselho voltado para uma distribuição geográfica equitativa, que estimularia a cooperação multilateral, rejeitada a ajuda vinculada. A UNESCO manteria sua posição predominante na área<sup>4</sup>.

Não houve acordo e o problema foi levado para uma reunião intergovernamental realizada em Paris, em abril deste ano, 1980, quando o embaixador brasileiro junto à UNESCO, Geraldo Holanda Cavalcanti, foi uma das presenças mais importantes para se chegar a um consenso que, agora, foi ratificado pela Conferência geral da UNESCO.

Não se criou nem fundo nem instituto, mas sim um Programa que, aparentemente, poderia estimular tanto a cooperação bilateral como a multilateral. O Conselho Diretor, formado por 35 países, teve uma distribuição geográfica equitativa, com seis representantes da América Latina: Argentina, Peru, Venezuela, Cuba, Nicarágua e México.

#### Os principais objetivos do PUDC são:

---

estimular exclusivamente ou prioritariamente a cooperação bilateral dizendo: “Tenho dúvidas dos resultados que poderia ter a criação de um mecanismo pra estimular apenas a cooperação bilateral. Temo que o resultado prático –ainda que não desejado- seria justamente o de matar a possibilidade de criação de um verdadeiro mecanismo para promover a cooperação multilateral. Disto isto, considero que é necessário apoiar ideais como as que estão incluídas nas propostas hoje apresentadas por M. Vargas (Costa Rica) e Guido Grozios. Espero que o secretariado da Unesco –ainda que se saiba que já não será mais possível reunir todos os participantes- tente, de qualquer maneira, com a assistência de alguns especialistas, levar à reunião dos governos, as duas propostas apresentadas nesta reunião. Solicito igualmente que o secretariado inclua na apresentação desta questão uma informação contendo de maneira precisa e clara os pontos e as idéias que lograram obter um apoio geral, ou pelo menos a concordância da maioria dos especialistas aqui presentes. Sem dúvida, a questão principal que desejo submeter ao conjunto dos especialistas permanece intacta e se mantém após ter ouvido as manifestações em favor do desenvolvimento da cooperação bilateral. Para que servirá a criação de um mecanismo de coordenação da ajuda bilateral que não tem absolutamente necessidade disto para existir, nem para se desenvolver? É sempre preferível avançar que parar. Mas, às vezes, a realidade nos leva a orientações diferentes. Si vocês perguntarem a um condenado à morte na guilhotina se ele deseja avançar, ele responderá que ele preferiria ficar parado...”

<sup>4</sup> - **Nota de atualização – janeiro de 2009-** A reunião de Washington realizou-se num clima extraordinariamente tenso e, ao final, isto é claro, os membros do secretariado da Unesco tiveram de fazer das tripas coração para evitar que os anfitriões, minoritários em toda a escala, vissem aprovadas propostas que contrariavam suas posições e que destruíam toda a manobra de que se revestia a realização de uma reunião sobre o tema, em Washington, dentro do próprio Departamento de Estado. Além disso, coisas bizarras ocorreram durante este período. O Professor Marco Antonio R. Dias teve o desprazer de chegar a seu hotel no primeiro ou segundo dia da reunião e notar que visitantes tinham esmiuçado toda sua bagagem, principalmente os documentos que tinha levado para fundamentar suas opiniões durante as discussões. Por outro lado, no último dia da reunião, ao chegar ao hotel, encontrou na porta, “por acaso”, um chileno conhecido por seus vínculos com órgãos de segurança de vários países latino-americanos, inclusive do Brasil. Este chileno enviou carta aos órgãos de segurança brasileiros e à UnB, com um relato falso em que dizia que, durante a reunião, o Professor Marco Antonio denunciara o governo brasileiro e que, nos intervalos, gastava seu tempo fazendo contactos com revolucionários latino-americanos em Washington. A reunião, recorde-se, realizou-se em 1980, durante o período da ditadura militar brasileira. Os objetivos da denúncia falsa eram evidentes.

- Ajudar os países em desenvolvimento, a seu pedido, a elaborar e executar seus planos de desenvolvimento da informação e da comunicação, bem como a identificar as necessidades e campos prioritários;
- Promover, nos países em desenvolvimento, levando-se em consideração suas políticas de comunicação e seus planos de desenvolvimento, a criação ou o reforço de estruturas com o objetivo de fazer aumentar em particular a contribuição dos meios de comunicação para o progresso econômico, social e cultural endógenos e favorecer a melhoria do intercâmbio internacional da informação;
- Proceder à análise das necessidades e dos recursos de ordem técnica e financeira em matéria de informação e de comunicação, a nível nacional e internacional;
- Estimular, sobretudo entre os países em desenvolvimento, a conclusão de acordos que digam respeito ao intercâmbio de informações, programas e experiências, cooperação e coprodução entre organismos de radiodifusão e televisão, agências de imprensa, associações de jornalistas;
- Fornecer serviços de consultoria aos países em desenvolvimento no campo do desenvolvimento da comunicação, a fim de facilitar seu uso ao nível máximo dos recursos disponíveis.

Além dos países da América Latina, são membros do Conselho os seguintes países:

- Ocidente industrializado: Áustria, Alemanha Ocidental, França, Canadá, Estados Unidos, Noruega e Holanda;
- África e Oriente próximo: Benin, Gabão, Moçambique, Nigéria, Camarões, Senegal, Tanzânia, Zaire, Tunísia. Egito, Arábia Saudita, Iraque e Iêmen Democrático;
- Países socialistas: Iugoslávia, União Soviética e Alemanha Oriental;
- Ásia: Bangladesh, China, Índia, Japão, Sri-Lanka e Indonésia.

O próximo passo, agora, será o da escolha do diretor do Programa, a ser feita de comum acordo entre o Conselho Diretor do PIDC e o diretor-geral da UNESCO. A previsão é de que seja escolhido um representante de país em desenvolvimento.

Em comentários finais ao relatório MacBride, os dois representantes latino-americanos nesta Comissão, Gabriel Garcia Marques e Juan Somavía, este último chileno, dirigindo no México o Instituto Latino americano de Estudos Transnacionais (ILET), afirmaram:

“Acentuar a necessidade de desenvolver as infraestruturas da comunicação nos países do Terceiro Mundo é uma preocupação legítima e necessária, mas é preciso não exagerar sua importância. Resolver os problemas contemporâneos da comunicação não é somente uma questão de dinheiro e de formação. A ideia de um Plano Marshal para o desenvolvimento da comunicação do Terceiro Mundo é inapropriada e tenderia a reproduzir os valores ocidentais e os interesses transnacionais nas sociedades do Terceiro Mundo. Toda ação neste campo deveria tornar-se objeto de uma escolha cuidadosa, a fim de não reforçar as estruturas dos poderes minoritários nos países do Terceiro Mundo e não servir de veículo ao domínio cultural”.

Esta ressalva esteve presente nas fases finais dos entendimentos que levaram à aprovação do Programa, conforme se pode deduzir, inclusive, da leitura dos objetivos fixados para o novo mecanismo criado.

De qualquer forma, sentia-se, em Belgrado, após a aprovação dessa proposta, uma sensação de alívio e de muita esperança entre a maioria das delegações presentes à Conferência Geral da UNESCO. Há fatores que contribuem para essa esperança. Entre os países em desenvolvimento, quem tem se destacado assumindo posições de liderança é o tunisiano Mustapha Masmoudi, oriundo de um país moderado, e que tem demonstrado firmeza nas convicções e muita persistência na defesa de uma Nova Ordem Mundial da Comunicação.

A delegação norte-americana acabou colaborando bastante. Internamente, nos Estados Unidos, não há unanimidade de posições. Os “duros”, os “falcões”, concentram-se junto à Associação Interamericana de Imprensa, dirigida por George Beebé, do “Miami Herald”, e que é também diretor executivo do “World Press Freedom Committee”, órgão de pressão dos grupos jornalísticos e grandes agências de informação. Dentro do próprio governo, nem sempre se entendem à perfeição os burocratas do Departamento de Estado e os funcionários da Usica – a agência de informação e propaganda do governo norte-americano.

De qualquer forma, a posição oficial das delegações norte-americanas — e espera-se que nem o governo Reagan mude isto — tem sido, nos últimos tempos, flexível e realista. Convenceram-se os norte-americanos, em primeiro lugar, de que seu sistema de comunicação não tem condições de ser exportado para o mundo inteiro, dada a diversidade de situações. Uma publicação oficial norte-americana recente chegou ao ponto de divulgar a opinião de um de seus técnicos de que, dentro de um sistema público como o da BBC inglesa, o público acaba tendo maior possibilidade de escolha que diante da multiplicidade de canais comerciais norte-americanos que oferecem programas diversos, mas do mesmo gênero e padrão. Por fim, apesar da propaganda da Associação Interamericana de Imprensa e de jornais dos Estados Unidos e da América Latina, os delegados norte-americanos sabem que ser contra a posição dos Estados Unidos não significa necessariamente ser a favor absoluto das propostas da União Soviética e que, com os países em desenvolvimento, podem ser encontrados muitos pontos de afinidade. Em outras palavras, vão-se os anéis, ficam os dedos.

Finalmente, outro motivo de esperança residia na reeleição do diretor-geral da UNESCO, Amadou Mahtar M'Bow, natural de um país do Terceiro Mundo, o Senegal, que, demonstrando também muita habilidade, persistência e visão, alterou profundamente a situação da UNESCO que, nos últimos seis anos, transformou-se no grande fórum internacional de discussão dos problemas dos países em desenvolvimento. Ali, através da análise das questões de educação, ciência, cultura, tecnologia e comunicação, os grandes problemas das relações internacionais têm sido discutidos, sobretudo os que dizem respeito à criação de uma nova ordem mundial que possibilite aos países do terceiro Mundo ocupar um lugar que lhes permita serem donos de seus destinos.

## **DOCUMENTO No. 2**

### **CORRESPONDÊNCIA COM COMISSÃO INTERNACIONAL**

Correspondência, em 1978, com Asher Deleon, secretário executivo da Comissão MacBride.

**I – Carta de Asher Deleon, secretário executivo da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação datada de 11 de outubro de 1978, mas somente recebida no início de dezembro**

United Nations educational, scientific and cultural organization

Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture

7, Place de Fontenoy, 75700 – Paris

International Commission for the study of communication problems

Commission internationale d'étude des problèmes de la communication

Référence : CC /CIC/1/5.2

11 Oct. 1978

Estimado Prof. Rodrigues Dias:

Me es grato hacerle llegar un ejemplar del informe interino de la Comisión internacional de estudio de los problemas de la comunicación. Conociendo su interés por las cuestiones relativas a la comunicación, estoy convencido de que este texto retendrá su atención.

Como usted ya sabrá, el Director general de la UNESCO, a fin de hacer efectivas las resoluciones y recomendaciones adoptadas por la 19ª, sesión de la Conferencia general (Nairobi, octubre-noviembre 1976) decidió confiar a una comisión internacional compuesta por dieciséis personalidades, el cuidado de estudiar el conjunto de los problemas de la comunicación en la sociedad moderna.

Esta Comisión presidida por el Sr. Sean MacBride (Irlanda) se reunió tres veces desde su creación en 1977. En el transcurso de la última reunión en julio de 1978, preparó el texto del informe interino que debe someterse a la consideración de la próxima sesión de la Conferencia general de la UNUSCO (París, octubre-noviembre 1978). Este informe comprende dos partes: la primera constituye una descripción de los trabajos realizados por la Comisión desde su creación; la segunda contiene un esbozo de los problemas cuyo análisis debería proseguirse y profundizarse en los próximos meses.

La Comisión desea recoger la mayor cantidad de reacciones, opiniones, críticas y comentarios sobre esta segunda parte, que apunten, sobre todo, a las ideas que allí se evocan, las orientaciones propuestas o encaradas y los temas que se han tratado de modo somero. También espera recoger opiniones y sugerencias fundadas, tanto como sea posible, en experiencias concretas o en trabajos de investigación –inclusive si los resultados son sólo provisionarios o parciales- sobre las diferentes cuestiones abordadas en este informe, así como sobre todos los demás aspectos o problemas de la comunicación que pudiesen haberse omitido.

Por lo tanto, confío en que le sea posible estudiar este informe y le agradecería nos haga llegar sus comentarios antes del 10. de diciembre para que la Comisión pueda conocerlos durante su próxima sesión en enero de 1979.

Sería igualmente muy útil que pudiera enviarnos o, de lo contrario darnos la referencia de textos y documentos publicados en su país (disposiciones legislativas y reglamentarias, discursos o declaraciones, informes administrativos, estudios e investigaciones científicas, datos estadísticos, artículos especializados, etc...) que respalden sus comentarios o que les parezcan pertinentes en la relación con los diferentes aspectos de los problemas tratados en el informe y sobre los cuales usted desearía llamar la atención de la Comisión.

Somos conscientes del trabajo considerable que le solicitamos, pero la Comisión desea obtener la mayor cantidad posible de puntos de vista fundamentados y de opiniones autorizadas provenientes de todas partes del mundo y que cubran el conjunto de disciplinas científicas y de terrenos profesionales ligados a la comunicación.

Le puedo asegurar que su contribución, que agradezco calurosamente de antemano, será muy apreciada por la Comisión y constituirá el objeto de un examen cuidadoso.

Muy atentamente,

Asher Deleon

Secretario Ejecutivo

Comisión internacional para el estudio  
de los problemas de comunicación

Universidad de Brasilia

Professeur M.A. Rodrigues Días

Vice-Rector

Campus Universitario – Asa Norte

70000 – Brasília, DF - Brésil

**II- Resposta do Professor Marco Antonio Rodrigues Dias a Asher Deleon em 5 de dezembro de 1978**

À M. Asher Deleon

Secrétaire Exécutif de la Commission Internationale pour l'Étude des Problèmes de la Communication

UNESCO- Paris

Cher Monsieur,

Ce n'est qu'aujourd'hui que j'ai pu finir la lecture du rapport provisoire sur les problèmes de la communication dans la société.

En tant que journaliste professionnel et en tant que professeur dans une École de Communication, je suis vraiment content de vérifier que la Commission a attaqué les problèmes qui vraiment sont importants dans ce domaine.

Le rapport mérite une analyse profonde, mais le fait que je l'ai reçu très tard et le fait que vous avez demandé des avis jusqu'au premier décembre, déjà passé, me font faire des remarques très générales, fruit d'une première lecture très rapide.

L'impression qu'on a c'est que, malgré les efforts de la commission, l'optique dominante est toujours celle des pays industrialisés. Peut-être cette impression ne subsistera pas après une deuxième lecture, mais on sent que les rédacteurs connaissent bien la situation, les qualités et les défauts des systèmes de communication des pays industrialisés de l'Occident. Les exemples donnés concernent presque toujours ces pays ou le Japon, d'où l'on fait une projection vers les pays sous-développés, vus comme un ensemble égal et homogène. Je répète que cette impression pourra changer après une deuxième lecture.

La seconde question qui me paraît encore plus claire est celle relative au danger du monopole. Certes, l'analyse est parfaite, quand le rapport révèle la systématique de la concentration et de ses effets. Mais, la réalité en plusieurs pays révèle qu'il y a une tendance au monopole privé ou au monopole d'état et, à mon avis, monopole c'est toujours du monopole. Au Brésil, par exemple, un des facteurs qui me préoccupe le plus c'est que la

publicité, qui représente à peu près 1.4% du G.N.P., a comme principaux clients surtout le gouvernement et les entreprises transnationales (voir ci-joint le texte sur la politique nationale de communication au Brésil que j'ai écrit en janvier dernier). C'est-à-dire, dans des cas pareils, il dévient difficile de penser à la participation du public et là exactement se situe ma troisième et dernière observation.

Du point de vue idéal, l'on sent que c'est absolument nécessaire de changer le modèle du processus de communication, en donnant au public la possibilité de devenir le sujet du processus. Mais comment le faire? Je pense évidemment aux réactions des groupes qui détiennent le pouvoir dans les communications et qui sont les mêmes qui contrôlent les appareils politiques, économiques et financiers. Mais la question est plus profonde. Nous avons des anciens étudiants qui maintenant ont des responsabilités dans des programmes de développement communautaire. Ils sont convaincus du besoin de changer le processus, de respecter le public, de faire attention à ses besoins, mais le conditionnement vers la manipulation est de tel ordre qu'ils ne savent pas ce qu'ils doivent faire pour permettre au public de devenir le sujet.

Il est vrai qu'il s'agit dans ce cas d'une question d'ordre pratique, mais notre expérience dans ce camp, même si très limitée, montre qu'il est nécessaire de s'en occuper.

Sauf imprévu de dernière heure, je dois aller à Paris, entre le 18 et 22 prochains, pour participer à une réunion à l'UNESCO sur l'université et la communauté. Si vous êtes là à cette époque, j'aimerais avoir la possibilité de vous voir même si ce n'est que pendant ¼ d'heure. Dans ce cas, ajouterais, verbalement, des nouveaux commentaires en plus de ceux que je viens de formuler.

Veillez, cher Monsieur, agréer l'expression de mes meilleurs sentiments.

Marco Antonio Rodrigues Dias

Vice-Recteur

## **DOCUMENTO No. 3**

### **INFORME MAC BRIDE RESUMO COMENTADO**

Marco Antonio Rodrigues Dias

Vice-Reitor da UnB

1980- Resumo comentado elaborado com base na versão francesa do documento

## **VOZES MÚLTIPLAS – UM ÚNICO MUNDO**

### **Comunicação e sociedade, hoje e amanhã**

**Texto resumido e comentado do Informe MacBride (1980-Unesco) elaborado, em 1980, pelo Professor Marco Antonio Rodrigues Dias (UnB) – Baseado na versão francesa “Voix multiples –un Seul monde – Communication et société, aujourd’hui et demain (UNESCO, 1980)**

# RELATORIO MACBRIDE

## APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO

Marco Antonio Rodrigues Dias

Janeiro de 2009

O Relatório MacBride é seguramente o documento que maior impacto provocou tanto nos meios políticos como nos meios acadêmicos do mundo inteiro. Apesar de ter sido elaborado há quase trinta anos –foi finalizado em 1980- volta e meia, volta a ser debatido em várias partes do mundo.

Não é difícil entender as razões deste interesse sempre renovado, apesar do silêncio que a ele se impôs em muitos setores oficiais, inclusive dentro da UNESCO, organização responsável por sua elaboração. O documento trata, com seriedade, de questões que são atuais, principalmente, das relações entre comunicação e poder, e dissecar os mecanismos de cooperação internacional que frequentemente, mesmo no campo multilateral, servem de instrumento para manter a posição dos detentores dos mecanismos de poder, financeiros, políticos, sociais, em nível interno ou no concerto das nações.

A decisão de se elaborar um informe sobre o conjunto dos problemas da comunicação na sociedade foi tomada pela Conferência geral da UNESCO, reunida em 1976, em Nairóbi, no Quênia. A decisão refletia uma

preocupação corrente no mundo todo, onde debates violentos se desenvolviam em torno à definição de políticas de comunicação.

O diretor-geral da UNESCO da época, Amadou Mahtar M'.Bow, senegalês, designou uma comissão presidida por um irlandês, Sean MacBride e foi integrada pelas seguintes personalidades: Elie Abel (Estados Unidos), Hubert Beuve-Méry (França), Elebe Ma Ekonzo (Zaire), Gabriel Garcia Marquez (Colômbia), Sergei Losev (União Soviética), Mochtar Lubis (Indonésia), Mustapha Masmoudi (Tunísia), Michio Nagai (Japão), Fred Isaak Akporuaro Omu (Nigéria), Bogdan Osolnik (Iugoslávia), Gamal e-Oteifi (Egípyo), Johannes Pieter Pronk (Holanda), Juan Somavía (Chile), Boobli George Verghese (Índia) e Betty Zimmernan (Canadá).

A comissão iniciou seus trabalhos em dezembro de 1977. Para todos os que viveram esta época e sabiam da irredutibilidade de posições neste campo, naquela época, e tendo em conta que todas as sensibilidades políticas marcantes estavam presentes, a tarefa da comissão parecia impossível de se atingir. E, de fato, não foi fácil, embora, ao final, tenha-se chegado à elaboração de um documento sólido. Pode-se dizer que houve consenso sobre o diagnóstico. O fluxo de comunicação, internacionalmente como no interior dos países, favorecia os poderosos e medidas deveriam ser tomadas para corrigir esta situação.

No campo das sugestões gerais, o consenso também se fez, mas, tornou-se evidente que era impossível um consenso total sobre as medidas propostas para a correção dos problemas assinalados. Alguns participantes adotaram o documento, mas com reservas sobre algumas de suas partes. E, ao cabo de algum tempo, o debate sobre sua implementação radicalizou-se a tal ponto que Estados Unidos, Inglaterra e Singapura retiraram-se da UNESCO por não aceitarem o apoio que esta organização, pela maioria de seus membros, dava à instauração de uma nova Ordem Mundial da Comunicação.

A Comissão consultou especialistas em várias partes do mundo sobre o conjunto do informe ou sobre alguns de seus aspectos. Tive a honra de participar destas consultas e, posteriormente, fui convidado a participar de uma reunião terrivelmente complicada em Washington, em 1979, para estudar a implementação de uma das propostas da Comissão Mac Bride, ou seja, a da criação de um Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação. Documentos relativos a esta questão podem ser encontrados no volume eletrônico no. 13 “Comunicação: Relatório MacBride” na página [www.mardias.net](http://www.mardias.net)

Embora, a partir de 1981, quando assumi o posto de diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO, tenha me afastado do debate direto sobre estes temas, em várias ocasiões fui chamado a me manifestar sobre o Informe Mac Bride. Na época de sua elaboração, tinha considerado que o texto era por demais ocidentalizado. Tal atitude, no entanto, jamais me afastou de uma posição favorável ao Informe. E, em todas as ocasiões, chamei a atenção para algumas características de seu texto.

1. Insiste-se na necessidade de respeito ao público, que deve ser visto como sujeito e não como objeto do processo, devendo-se favorecer sua participação e seu acesso aos meios de comunicação, bem como todas as formas de comunicação bi ou multidirecionais. Em consequência, não se pode mais falar apenas em liberdade de “receber” a comunicação, mas no direito amplo de comunicar de todo o público.
2. O relatório é um verdadeiro hino à liberdade, mas à liberdade que acarreta consigo o sentimento de responsabilidade. A censura é atacada sem tergiversação. O controle estatal absoluto é considerado prejudicial. A atuação de monopólios ou oligopólios também é denunciada como contrária à liberdade.
3. Com base em dados concretos e estatísticas do mundo inteiro, o relatório mostra que há necessidade de alterações no fluxo de

informações entre as nações e, internamente, em cada país, de maneira a evitar que o fluxo se faça em mão única dos desenvolvidos para os países em desenvolvimento e, no interior dos países, de cima para baixo, exclusivamente. Além disso, o conceito de notícias deve ser ampliado de maneira a não englobar apenas os “acontecimentos”, mas “processos” inteiros. Por exemplo, a fome é um processo, enquanto uma greve de fome é um acontecimento; uma greve estudantil, poderíamos acrescentar, é um acontecimento, enquanto a estrutura centralizadora e repressora dentro de uma universidade é um processo.

4. A necessidade de criação de políticas de comunicação que estimulem e favoreçam processos de desenvolvimento é clara no texto. Este, além do mais, insiste no desenvolvimento endógeno, que beneficie toda a população, sendo inadmissível, hoje, o uso da comunicação apenas para fazer a população aceitar sacrifícios de um crescimento que nunca virá beneficiar toda a coletividade.
5. Apesar do fascínio com as novas tecnologias, o relatório é enfático ao chamar a atenção dos países em desenvolvimento para a necessidade de estudos que conduzam ao emprego de tecnologias adequadas ao seu estágio. A tecnologia, diz o relatório, raramente é neutra; seu uso, menos ainda. A assistência técnica também é analisada, ficando claro ser inaceitável um procedimento que, aparentemente filantrópico, na realidade não faz mais que estimular a dependência.
6. A posição do profissional de comunicação e a necessidade de sua formação são exigidas, o que leva a uma posição extremamente favorável à sua valorização. São repudiadas, de forma especial, todas as tentativas de desvalorização da profissão, inclusive a prática difundida em vários países do uso de jornalistas como elementos auxiliares dos serviços de informação e repressão.

O texto final do relatório foi entregue ao diretor-geral da UNESCO, em fevereiro de 1980.

Em Belgrado, onde se reuniu em 1980, a Conferência geral da UNESCO, entre outras decisões, tomou a de divulgar este relatório, ao máximo, entre todos os estados membros, a fim de que as ideias nele levantadas fossem objeto do mais amplo debate.

O texto, longo e compacto, divide-se em cinco partes:

- I- Comunicação e Sociedade
- II- A Comunicação nos dias de hoje
- III- Problemática: preocupações comuns
- IV- Quadro institucional e profissional
- V- A Comunicação amanhã

Apresentamos aqui um resumo comentado, ou melhor, uma leitura guiada do informe. Elaborei este sumário em 1980, quando ainda estava na Universidade de Brasília, com base na versão francesa do documento que tinha como título “Voix multiples – un Seul monde – Communication et société aujourd’hui et demain”. O documento ainda não havia sido traduzido para o português e o objetivo era o de dar aos estudantes de Brasília como a várias pessoas interessadas no tema de políticas de comunicação no Brasil, no final dos anos setenta e princípios dos oitenta, acesso à reflexão que fora feita em nível mundial. Apesar do tempo passado e apesar de existir, hoje, uma versão portuguesa, um texto resumido sempre pode ser útil, tendo em vista o fato de que o informe original é bastante amplo e sua leitura demanda um grande período de tempo. Quase trinta anos depois, é interessante e mesmo divertido ler, no texto, as previsões sobre o progresso da tecnologia. A realidade superou tudo o que se podia imaginar no início dos anos oitenta. Mas, em relação aos princípios, o relatório continua de uma atualidade impressionante.

Relatório MacBride –resumo comentado ou guia de leitura, elaborado pelo Professor Marco Antonio Rodrigues Dias (Brasília, UnB, 1980)

## I- COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

### UMA DIMENSÃO HISTÓRICA

Numa linguagem agradável, diríamos mesmo literária, os autores do relatório iniciam a primeira parte com uma visão histórica da comunicação, mostrando também como, através da História, o ser humano procurou melhorar sua capacidade de receber e de assimilar a informação sobre o meio ambiente e a desenvolver, ao mesmo tempo, a rapidez, a clareza e a diversidade de seus próprios métodos de transmissão da informação.

Esta evolução, iniciada com o alvorecer do gênero humano, chega até os dias de hoje, com o potencial tecnológico enorme criado pela atual tecnologia da comunicação, com satélites, raios-laser, fibras óticas, uso de computadores etc.

O relatório procura mostrar que tanto as vantagens como os inconvenientes da comunicação moderna têm suas raízes num passado longínquo. Em outras palavras, a evolução da humanidade, suas origens, explicam muito dos fenômenos sociais dos dias de hoje, sobretudo na área de comunicação. É o que ocorre com o poder dos que controlam os meios, as desigualdades entre grupos e classes, o poder da comunicação e, de outro lado, a necessidade de corrigir todas estas falhas da estrutura social.

O relatório relembra toda a fase do desenvolvimento da imprensa ocorrido após a descoberta da máquina de imprimir, recordando também como, desde o início, os jornais se inclinaram no sentido de defender a ideia de liberdade dos cidadãos contra os que detinham, de maneira monopolista, o poder político. Apesar do caráter elitista que reivindicava a

liberdade de expressão e difusão de opiniões, de cima para baixo, o caráter artesanal do material de impressão permitia o acesso a esta liberdade mesmo pelos menos afortunados.

Finalmente, mostra como a evolução da tecnologia, sua sofisticação e a necessidade de emprego de meios cada vez mais caros tornou o acesso mais difícil e concentrou o poder em mãos de grupos ou de nações. «No domínio da comunicação, o problema hoje e do futuro próximo consiste na utilização das possibilidades que existem em princípios mais que ainda são recusadas à maioria da população do mundo ».

## **FUNÇÕES DA COMUNICAÇÃO**

Para os membros da comissão, a comunicação tem por função:

- informação,
- socialização,
- motivação,
- discussão e diálogo,
- educação,
- promoção cultural,
- lazer
- integração.

A essas funções, mais de interesse do indivíduo, acrescenta-se a de ser uma necessidade vital para as grandes organizações coletivas e as comunidades.

Sempre de um ponto de vista teórico, os membros da comissão analisam as condições de liberdade de informação e de responsabilidade, concluindo que, em oposição ao que muitos afirmam, estes conceitos não são contraditórios ou excludentes. Ao contrário, constituem um dos fatores-chave da civilização.

O elitismo é condenado, afirma-se enfaticamente que um dos critérios essenciais da liberdade de informação reside na pluralidade das fontes e no livre acesso a estas fontes. A concentração destas fontes sob o controle de grupos dominantes, seja qual for o sistema político, leva a mascarar a liberdade.

Observação importante é a de que "o debate mundial em curso sobre a comunicação somente pode ser político, de vez que as preocupações, os objetivos e os argumentos são

todos, e antes de mais nada, de ordem política. “Não adiantaria nada dissimular a verdadeira natureza dos problemas colocados”.

O fator econômico, no entanto, não é menosprezado, de vez que a “comunicação, em suas estruturas como em seus conteúdos, é inserida em múltiplos canais que fazem com que ela dependa da economia”. “A comunicação é, sem dúvida, hoje, uma força econômica preponderante com enormes possibilidades, ao mesmo tempo em que é um aspecto determinante do desenvolvimento”.

O potencial educativo da comunicação é também posto em destaque, de vez que seu desenvolvimento multiplica as relações entre educação e comunicação, cuja relação recíproca entre estes dois mundos, o da educação mais voltado para o passado, o da comunicação mergulhado no presente.

A interdependência entre comunicação e cultura é ainda maior, sobretudo quando se entende por cultura todas as realizações da criatividade humana. Para milhões de pessoas, hoje, os meios de comunicação são o principal meio de acesso à cultura e a todas as formas de expressão criativa.

## **CRÍTICAS AO CONTEÚDO**

O relatório desenvolve, porém, espírito crítico ao acentuar que a distração oferecida pelos meios de comunicação frequentemente é banal e estereotipada. A cultura de massa não deve ser confundida com a cultura popular, sendo esta, frequentemente, obrigada a travar combate desigual contra formas culturais produzidas por uma minoria dominante e divulgada em escala massiva.

Daí a necessidade de proteger e reforçar a cultura ameaçada, desenvolver as comunicações tanto no plano local quanto nacional e instituir formas de comunicação alternativas que serão um antídoto à pressão dos grandes meios.

De igual importância é o dilema tecnológico dos tempos atuais, caracterizados pelo fato de que um pequeno número de países e algumas sociedades transnacionais se reservarem, agora e possivelmente por um longo período no futuro, as numerosas descobertas científicas e inovações tecnológicas.

As novas tecnologias podem acentuar a centralização dos emissores sociais da comunicação, reforçando as desigualdades, razão pela qual muitos países, em seu planejamento, têm optado pelos meios leves de produção audiovisual não tão sofisticados. O entusiasmo pela tecnologia não deve obscurecer ou impedir os esforços visando à obtenção de mudanças estruturais em todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

## **ASPECTOS INTERNACIONAIS**

Ainda em sua primeira parte, destinada ao estudo da comunicação e sociedade, a comissão trata dos aspectos internacionais da questão de comunicação, afirmando que o fenômeno provavelmente mais importante no curso da segunda metade do século XX foi o acesso à independência de cerca de 80 países, graças à qual mais de 2 milhões de pessoas rejeitaram a dominação colonial.

Apesar disso, no entanto, as condições atuais do mundo tendem a favorecer a posição hegemônica de alguns países e a reforçar a dependência de um número enorme de outros. Neste quadro, uma nação cujos meios de comunicação sejam dominados pelo Exterior não pode pretender ser uma nação.

O relatório procura mostrar a importância dos meios de comunicação nesta área e faz um breve histórico da evolução da conceituação de liberdade de imprensa e responsabilidade no âmbito internacional. Ressalta também, com destaque, a atuação da UNESCO transformada, na última década, no grande fórum internacional de discussão dos problemas da comunicação.

## **NOVA ORDEM**

Especial atenção foi dada à questão da necessidade de se obter um fluxo mais equilibrado da informação no mundo, evitando a domínio cultural de uns sobre os outros. Tentou-se, ainda, definir as bases para uma nova ordem mundial de comunicação que implicaria num quadro conceitual aberto visando a:

- Recensar e definir os problemas que digam respeito à edificação de um sistema internacional de comunicação mais livre, mais eficaz, mais justo, mais equilibrado, baseado sobre princípios democráticos tendentes ao estabelecimento de relações igualitárias entre entidades soberanas;
- Facilitar a discussão coerente em nível internacional, centralizando-a, numa primeira fase, sobre o que é urgente e realizável;
- Tornar precisas as opções políticas que estão em jogo. Trata-se, em realidade, de dar partida a um processo de longa duração nos níveis nacional, regional e internacional, que leve a uma ação efetiva e concreta. A instituição de uma nova ordem provocará mudanças importantes nas estruturas nacionais bem como nas internacionais de comunicação. Baseado sobre as necessidades fundamentais das frações pobres do mundo, supõe uma nova repartição dos recursos disponíveis em função de seus direitos e necessidades vitais.

## II – A COMUNICAÇÃO NOS DIAS DE HOJE

### A- MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A segunda parte do relatório também consta de análises cujo objetivo claro é o de dar fundamento às proposições formuladas, ao final, pela Comissão MacBride.

Logo no início, assinala a dificuldade de se proceder a um levantamento sobre a situação da comunicação hoje. “Pela grande diversidade e extensão dos elementos que o compõem, o mundo da comunicação, na sociedade contemporânea, quase que escapa a uma descrição”. Tanto os símbolos que traduzem as mensagens, como os meios que os encaminham são duas fases da mesma realidade.

A **comunicação interpessoal** vem sendo descuidada nos estudos modernos sobre comunicação, mas ela é de fundamental importância, histórica e culturalmente, por ter sido a primeira a funcionar no gênero humano. O fator principal, no entanto, consiste em que a maioria da humanidade, em particular as populações rurais dos países em desenvolvimento que representam de 60% a 70% da população do globo, transmitem, recebem e, sobretudo, aceitam mensagens por esta via.

Um problema que no Brasil é considerado secundário, apesar de toda a questão indígena é o da barreira linguística. Há, no mundo, cerca de 3.500 línguas recenseadas, mas apenas 500 são codificadas através da escritura. Pelo menos 16 línguas são faladas por mais de 50 milhões de pessoas e, entre estas, está o português em sexto lugar. Em alguns países, a questão da língua é vital: a Índia, por exemplo, dispõe de 1650 línguas e dialetos, usando 15 na administração e educação.

O fato de que poucas línguas mantenham o domínio do conhecimento técnico e científico faz com que milhões de pessoas fiquem à margem do conhecimento.

O problema da língua leva a outro drama mundial que é o do analfabetismo, obstáculo maior ao desenvolvimento da comunicação, de vez que a linguagem falada ou escrita, é seu código essencial.

Embora a definição de uma pessoa alfabetizada varie enormemente de um país a outro, desde a simples leitura de um texto elementar até à realização dos estudos primários ou mesmo a possibilidade de usar a leitura de um modo “funcional”, na vida profissional, cívica ou social, os números de analfabetos, no mundo, ainda são de estarrecer.

Em números proporcionais, o analfabetismo tem-se reduzido no mundo, tendo passado de 40% da população superior a 15 anos em 1950 a 32.4% em 1970, com a previsão de 28.9% agora em 1980. Em números absolutos, no entanto, seu número aumentou de 742 milhões em 1970 a cerca de 814 milhões em 1980, segundo as previsões, e que representam 1/3 da população adulta mundial.

É necessário, pois, estabelecer meios de comunicação para enfrentar essa realidade, sobretudo porque, lembra o relatório, referindo-se a uma afirmação de Paulo Freire, “a alfabetização não consiste só em saber ler”. Saber ler significa mais “ler e compreender o mundo” que “ler e compreender a palavra”.

## COMUNICAÇÃO E TELEFONE

O relatório analisa, então, alguns dos instrumentos técnicos que favorecem, hoje, a comunicação interpessoal. Um deles é o serviço postal ou de correios. Solidamente implantados nos países industrializados, são insuficientes na maioria dos países em desenvolvimento. No entanto, o que é surpreendente, em vários dos países avançados, nota-se, nos últimos decênios, uma deterioração desses serviços. O relatório não cita, mas sabe-se que esta referência aplica-se, sobretudo, aos Estados Unidos.

O telefone é mencionado a seguir. Já se falou que é uma extensão e uma amplificação da comunicação oral tradicional. A concentração geográfica desses aparelhos é enorme. Oitenta por cento deles encontram-se em apenas dez países da América do Norte e Europa para uma população global de cerca de 750 milhões de habitantes; a metade dos aparelhos de telefone está concentrada nos Estados Unidos, onde, em algumas cidades, o número de aparelhos é superior ao de habitantes. Com uma população de 1.3 bilhão, o mundo socialista possui 7% dos aparelhos de telefone do mundo e os países em desenvolvimento, igualmente, 7% para uma população de 2 bilhões.

## COMUNICAÇÃO LOCAL

O relatório acentua ainda que “na organização da comunicação social é preciso levar em conta igualmente os grupos e coletividades locais. Para mobilizar os recursos locais, assegurar a coesão de grupos e resolver os problemas de todas as dimensões que os afetam, a comunicação é indispensável e diversos meios devem ser utilizados”.

É acentuada a importância dos pequenos meios como murais, jornais locais, fotografias, cartazes, diapositivos, estações de rádio locais, serviços de alto-falante, festivais, espetáculos de teatro e vários outros. Sua importância, hoje, provém de que:

- a) Existe o risco de os grandes meios relegarem os pequenos a um plano secundário;
- b) Costuma-se atribuir aos meios de massa missões a que não são destinados;
- c) Em vários países, não houve a preocupação de se respeitar um certo equilíbrio entre os grandes e os pequenos meios, de onde um certo desperdício de recursos raros para a utilização de meios inadequados à diversidade dos públicos;
- d) O sistema atual favorece a amplificação da densidade das comunicações horizontais.

A importância desses pequenos meios –alternativos chamam alguns- cresce de importância ainda pelo fato de as estratégias globais de desenvolvimento, nos últimos tempos, darem destaque à necessidade de uma participação mais ativa das coletividades na expressão de sua existência própria e de suas necessidades específicas, na elaboração de planos e na organização de meios próprios para sua execução.

## AGÊNCIAS, JORNAIS E LIVROS

Os grandes meios, no entanto, não cessam de ampliar sua audiência, de modo que, “hoje, pouca gente, proporcionalmente, no mundo, não é atingida por uma informação mediatizada”.

Essa expansão estimula o desenvolvimento e o aparecimento de agências que fornecem material aos meios de comunicação. Mais de cem países dispõem, hoje, de sua própria agência de notícias, das quais cinco se destacam pela sua globalidade e pelo que representam no mundo: Agence France Presse (França), Associated Press (Estados Unidos), Reuters (Inglaterra), Tass (União Soviética), United Press International (Estados Unidos). Transmitem notícias 24 horas sobre 24 a milhares de clientes em mais de 100 países. Todas têm serviços regulares, em geral diários, em alemão, inglês, árabe, espanhol, francês, português e russo.

A tiragem mundial de jornais ultrapassa os 400 milhões de exemplares diários, ou seja, um aumento de 20% em 10 anos. O número de jornais, no entanto, está estagnado devido à concentração de empresas, ao desaparecimento de pequenos jornais locais e ainda à concorrência do rádio e da televisão.

Os livros ocupam função importante na difusão do conhecimento. Com 70% da população mundial, os países em desenvolvimento produzem apenas 20% das obras, das quais muitas são publicadas por filiais de editoras com sede nos países industrializados.

## RÁDIO E TELEVISÃO

Em realidade, o rádio é o veículo de maior expressão no mundo inteiro. A capacidade de transmissão mais que triplicou no decurso do último quarto de século. Nos países em desenvolvimento, somente o rádio pode ser chamado de meio de massa.

A televisão, por sua vez, teve um crescimento extraordinário, sobretudo porque partiu do zero há apenas algumas décadas. Iniciada em 1936 na França e Inglaterra, somente após o final da Segunda Guerra começou a ter amplo desenvolvimento.<sup>5</sup> Em 1950, apenas cinco países mantinham, serviços regulares de televisão. Cinco anos depois, eram 17. Hoje, são 138. Na maioria dos países desenvolvidos, o número de receptores aproxima-se do de lares.

Ao contrário do que ocorreu com o rádio, a produção de programas é cara, o que provoca, em muitos países, a necessidade de importar programas.

## SATÉLITES

Espetacular também é o crescimento do sistema planetário de comunicação por **satélites**. Em 1965, apenas 5 países possuíam antenas no sistema INTELSAT, hoje são 114 aos quais devem se juntar os 12 do sistema soviético INTERSPOUTNIK. Os satélites inundam o espaço. De 1957 ao fim de 1979, cerca de 2100 satélites foram colocados em órbita.

Mais de 30 sistemas de comunicação nacionais, regionais ou internacionais estão em funcionamento, havendo pelo menos mais 20 em projeto. Há quatro categorias de sistemas:

- a) Sistemas internacionais: Intelsat e Interspoutnik;
- b) Sistemas nacionais e regionais: Molnya e Ecran (URSS), Anik (Canadá), Palapa (Indonésia), Westar, Constar e RCA (EUA);
- c) Sistemas de satélites marítimos e aeronáuticos;
- d) Sistemas de satélites militares.

---

<sup>5</sup> **Nota de atualização – janeiro de 2009** : A **Televisão Tupi** de São Paulo, canal 3, foi a primeira emissora de televisão do Brasil e da América Latina Fundada em 18 de setembro de 1950 por Assis Chateaubriandn, fazia parte do Grupo dos Diários e Emissoras Associados.

Em abril de 1978, a NASA lançou um satélite experimental de comunicação para o Japão, a fim de verificar a possibilidade de transmitir programas de televisão diretamente para receptores individuais.

## **B- INFRAESTRUTURAS**

Após mencionar a impressionante expansão dos meios de comunicação nos dias de hoje, o relatório MacBride trata da criação e diversificação das infraestruturas para a coleta, a transmissão e a difusão das diversas mensagens.

A industrialização da coleta, da estocagem e da pesquisa de dados desenvolveu-se consideravelmente, mas as necessidades ainda são insuficientemente avaliadas e não foram criadas instalações convenientes em quantidade suficiente.

Bibliotecas e centros de documentação são as fontes de conhecimento estocado mais antigas e comuns. Há 160 milhões de volumes nas bibliotecas, dos quais  $\frac{1}{4}$  encontram-se nas bibliotecas nacionais da URSS e dos Estados Unidos (26 e 19.6 milhões respectivamente).

Hoje, as bibliotecas públicas representam um papel essencial na vida social, educativa e cultural de numerosas comunidades, fornecendo-lhes materiais de leitura e de estudo.

As agências de informação e de fotografia exercem, também, um papel essencial na coleta e difusão de notícias a um número cada vez maior de consumidores, particulares ou oficiais. O crescimento das agências de informação é acompanhado pelo aparecimento de um sem número de agências especializadas em negócios, comércio, bolsas de valores, informação turística, boletins meteorológicos e esportes. O crescimento da demanda de material visual fez aparecer agências especializadas em filmes para televisão e gravações em video-tape. As principais são Visnews (Londres), UPITN (United Press International Television News-Londres e Nova Iorque), ABC (American Broadcasting Company – Nova Iorque), que usam, inclusive, satélites para envio imediato de material.

## BANCO DE DADOS

Fenômeno recente, nesta linha, é o do aparecimento de serviços de estocagem de informação em banco de dados informatizados ou computadorizados, servindo a administração, a ciência, a técnica, a economia e os negócios sociais. Os sistemas centralizados mais característicos atualmente utilizados são os que interessam aos bancos, a meteorologia, o diagnóstico medido e as reservas em linhas aéreas.

Voltando ao telefone, o relatório lembra que as economias industrializadas sentiriam grandes dificuldades se não dispusessem de ligações telefônicas em expansão constante.

A imprensa periódica volta a ter uma função específica neste quadro amplo de expansão das comunicações. Ela tem duas categorias: de interesse geral, destinada a um público amplo e aquela endereçada a públicos específicos. A primeira goza de dificuldades, a última floresce por toda a parte, pois, além de simples meio de transferência de informação, oferece tribuna para debates, difusão de ideias, descoberta e troca de experiências. Pode ainda influenciar os responsáveis por decisões ou favorecer a criatividade em diversos domínios: política, literatura e artes, negócios e comércio, ciências da natureza e da vida, tecnologia, comunicação etc.

O emprego das ondas curtas é outro fenômeno significativo dos tempos atuais. Em 25 anos, estas emissões se multiplicaram por cinco. Em 1950, recenseavam-se 385 transmissores de ondas curtas no mundo; há, hoje, mais de 1500 e sua potência total aumentou proporcionalmente. Em geral, são financiados pelos governos, que se interessam pelas seguintes razões:

- a) Manutenção de contacto com seus nacionais vivendo fora do país;
- b) Desejo de fornecer sua informação e sua visão sobre acontecimentos nacionais e internacionais;
- c) Desejo de difundir, no exterior, uma imagem da vida social, econômica e cultural do país, que possa despertar o interesse e compreensão do ouvinte;

- d) Vontade de tornar conhecidas as opções políticas de um país e suas opiniões oficiais sobre os acontecimentos de atualidade e os negócios mundiais;
- e) Às vezes, como instrumento de propaganda e para ataque a outros países.

O cinema também conta. A produção de longas-metragens atinge o total de 4 mil por ano. Em 1977, a produção era a seguinte: Índia (557), Japão (337), França (222), Itália (165), vindo a seguir, Estados Unidos, União Soviética que não estão entre os primeiros na produção quantitativa, embora os EUA sejam os primeiros no que diz respeito à exportação do produto para o Exterior.

O número de entradas no cinema tem diminuído, em decorrência inclusive do aumento de assistência a filmes através da televisão. O filme, de qualquer forma permanece como instrumento valioso de informação, educação, distração e cultura.

A indústria do lazer, aliás, à qual tão ligados estão os meios de comunicação também cresceu de maneira impressionante nos últimos anos, Exemplo disso é a indústria de discos, mas que abrange também, entre outros, os receptores de rádio e televisão, aparelhos de alta fidelidade, aparelhos fotográficos e cinematográficos para amadores, instrumentos de música, livros, revistas, discos, concertos, festivais, encontros esportivos, viagens e turismo.

Em consequência, um mercado internacional dominado por um pequeno grupo de países e sociedades transnacionais foi criado, onde não apenas os bens manufaturados, mas programas culturais e recreativos, valores estéticos, normas éticas, modelos estrangeiros e, assim por diante, são difundidos.

O mesmo se passa com a informática, controlada por poucos países e grandes empresas, com consequências graves.

## **INTEGRAÇÃO-DIVERSIFICAÇÃO**

Fenômeno dos tempos atuais é o da integração de meios. Assim, onde prevalece ainda a comunicação tradicional, os pais, os mais velhos ou chefes de aldeias cumprem papel

essencial na iniciação dos jovens às regras da comunidade e numa preparação de sua integração ativa na vida do grupo. As formas antigas guardam sua validade, mesmo quando penetradas pelos meios modernos de comunicação.

A comunicação interpessoal, além disso, mantém sua importância que é revelada, sobretudo em momentos de crise, quando uma relação estreita se estabelece entre a comunicação interpessoal e a comunicação midiaticizada.

Outro tipo que mantém presença é o da comunicação visual. Mas, não apenas os meios que usam imagens móveis se sobressaem. Também os que utilizam imagens fixas, como cartazes e histórias em quadrinho mantêm sua presença e são instrumentos poderosos.

## **AGÊNCIAS REGIONAIS**

Uma outra tendência importante é a que visa a uma cooperação mais estreita e a uma integração de esforços. No campo das agências de notícias, tal fato é visível. Inicialmente, foram estabelecidas com laços coloniais ou ligações de diversos gêneros. Há iniciativas para romper com essa situação.

Treze países de língua inglesa do Caribe, com ajuda do PNUD- Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento- e da UNESCO, criaram o CANA – Agência de Notícias do Caribe, que começou a funcionar em cooperação com a Reuters. É agência independente desde 1976. Recentemente, foi criada a PANA, agência de imprensa africana. Estuda-se a criação de agências de imprensa regionais para Ásia e América Latina. Os países não alinhados criaram um “pool” de agências, que, em 1978, já contava com 78 membros. Este “pool” colabora com a Inter Press Service, empresa cooperativa fundada em 1964 para fornecer serviços de informação à América Latina e outras regiões em desenvolvimento. Hoje, distribui mais de 40 mil palavras por dia entre seus membros. Colaborou também para a melhoria dos serviços de telecomunicações, entre eles o uso de satélites, baixa de tarifa de transmissão, crescimento dos meios de formação para jornalistas de agências e ajuda para criação de agências em países que não dispõem de tal tipo de serviços. Ao contrário, no entanto, do que se pensava, este aumento não impediu o recurso, cada vez maior, aos serviços de grandes agências.

Uniões regionais de rádio e televisão funcionam também por toda a parte, estimulando a cooperação profissional em todos os domínios, sobretudo no que diz respeito a programas, questões técnicas e jurídicas.

## **NOVAS TECNOLOGIAS**

Além disso, numerosas descobertas técnicas vieram, nos últimos tempos, permitir a diversificação e individualização das mensagens. Entre os exemplos citados e analisados, estão o da cópia eletrostática que permite a produção de livros segundo a demanda; os exemplares são editados à medida da necessidade sem maiores custos.

Um outro passo adiante, já possível tecnicamente, é o da adaptação da produção a um leitor particular, dispondo de uma mesa com visor. O leitor daria ao computador instruções usando palavras-chave e receberia um jornal personalizado com as seções que mais lhe interessam. A rádio dos cidadãos, em expansão em vários países, e a televisão por cabo também são citadas. Nos Estados Unidos, a televisão por cabo já conta com mais de 4 mil sistemas servindo 14 milhões de assinantes, ou seja um lar americano sobre cinco.

Discute-se também muito a questão da telemática, consistente na combinação da informática com a telecomunicação (interconexão dos computadores pela telecomunicação).

No entanto, se todas estas inovações abrem perspectivas, uma posição de prudência se impõe: as técnicas não permitem milagres e seu uso acarreta consequências sociais. Além disso, o fato de a produção e utilização de sistemas de tratamento da informação e da telecomunicação estarem, hoje, amplamente controlados pelos países industrializados e, em certos casos, por alguns aparelhos multinacionais, incita, igualmente à prudência.

## **CONCENTRAÇÃO**

A comunicação que, em seus primórdios, dependia de pequenas empresas mais artesanais que industriais, é, hoje, uma indústria importante que ocupa amplo espaço na economia de cada país, em termos de instalações físicas, de volume de emprego ou de capital.

Duas consequências deste fenômeno destacam-se entre as demais: em primeiro lugar, o número de pessoas que utilizam os meios deve aumentar para que a operação seja rentável; em seguida, o controle e o financiamento das instalações tendem a passar entre as mãos de grandes empresas que dispõem de capitais necessários.

Costuma-se dividir a indústria de comunicação em dois setores principais: a produção de um lado; a distribuição de outro, de informações, opiniões e distrações. O drama é que, em muitos países em desenvolvimento, deu-se atenção, em primeiro lugar, à distribuição, ficando dependentes dos países desenvolvidos para a produção. Tal fato é marcante quando se analisa a ausência ou deficiência de agências nacionais de notícias, o fato de que programas de rádio e televisão são em grande parte importados e a publicidade é frequentemente influenciada, quando não controlada pelas transnacionais. Tal conjunto de fatos acaba favorecendo um sistema mais amplo de dependência.

O fenômeno da industrialização é ligado aos modos de propriedade dos meios de comunicação, hoje pluralistas e diversificados. O sistema de propriedade depende dos sistemas políticos de cada país. Na maioria dos países do mundo, editar um jornal é uma operação privada de caráter comercial, com exceção de dez países da África, oito da Ásia, Cuba e dos países da Europa do Leste.

Mesmo os jornais ditos comerciais não raramente recebem ajuda direta ou indireta do Estado, através da isenção de taxas, publicidade, subsídios para compra de papel-jornal, tarifas especiais de correio, empréstimos com juros facilitados, subsídios para transportes etc.

No caso do rádio e da televisão, os sistemas de controle e de propriedade são mais complexos. A participação do Estado é mais ampla. Vários países estabeleceram sociedades de rádio-televisão controladas por autoridades públicas e a ideia de uma autoridade autônoma socialmente responsável foi adotada em vários países: Canadá, Austrália, Japão e, mais tarde, alguns países da África.

Na África, aliás, a exceção de Gana, Malawi, Ilhas Maurício e Nigéria, onde as sociedades públicas, teoricamente, são independentes do governo, todos os serviços de rádio e televisão são estatais. Na Ásia, há sistemas diferentes. No Japão e Austrália, além de uma forte corporação pública, há um certo número de estações comerciais particulares. Nos Estados Unidos e na maioria dos países da América Latina, rádio e televisão, de modo geral,

pertencem a particulares, mas o Estado determina a regulamentação, libera as licenças e exerce, em graus diferentes, controle sobre o funcionamento.

Já o cinema, geralmente, é empresa comercial privada, excetuado nos países socialistas e num pequeno número de outros países.

Há, no entanto, em toda parte, preocupação séria com o fenômeno da concentração, que surge de três maneiras:

- a) Integração horizontal e vertical de empresas que atuam na área de informação e divertimento;
- b) Participação de empresas de setores industriais diferentes interessadas na expansão dos meios (cadeias de hotéis ou restaurantes, companhias aéreas, fabricantes de automóveis ou empresas mineradoras interessadas na imprensa, na produção de filmes e mesmo no teatro);
- c) Fusão e interdependência de diversas indústrias de informação (criação de grandes conglomerados de multimeios).

A concentração é provocada por vários fatores como mostra o exemplo da indústria jornalística, onde se pode observar:

- Tendências fundamentais das economias de mercado;
- Tendências à padronização da informação, das mensagens, dos conteúdos, para responder às necessidades de certos poderes públicos;
- Pressões econômicas resultantes de mudanças técnicas no setor de edição e de distribuição;
- Pressão da concorrência para obtenção de receitas provenientes da tiragem e da publicidade;
- Concorrência entre os diferentes meios;

- Uniformização dos “produtos culturais” em geral;
- Existência de jornais que não respondem a uma necessidade econômica ou social determinada;
- Aumento das despesas de produção e diminuição das receitas publicitárias;
- Fusão organizada de jornais;
- Acordos administrativos, medidas de estímulo no plano financeiro e políticas fiscais que desfavorecem as empresas independentes;
- Erros de gestão ou administração;
- Inflação e recessão geral;
- Falta de iniciativas novas, tanto no setor privado como no setor público e falta de recursos financeiros novos.

O relatório se estende na análise da questão da concentração, lembrando, a um certo ponto, que “evidentemente, o máximo de concentração acontece quando a propriedade, a gestão e o controle dos meios e das indústrias de comunicação dependem apenas dos órgãos de um governo central, sem que os representantes do público e dos cidadãos possam exercer um controle democrático”.

Outro aspecto da questão é que o fenômeno da “transnacionalidade” afeta todo o domínio da comunicação. Há centros que controlam a produção e os serviços e mercados periféricos que os absorvem. Isto já ocorria com o cinema, Ampliou-se na área editorial. Livros em inglês são amplamente distribuídos por toda a parte. As exportações de livros dos Estados Unidos estão na ordem de 300 milhões de dólares e as exportações britânicas, na ordem de 250 milhões. Não se conta a produção de livros nos próprios países em desenvolvimento pelas sucursais das multinacionais como Macmillan, Hachette e outras.

As transnacionais dominam a área eletrônica e a produção de receptores de rádio e de televisão. Entre as maiores estão: IBM (EUA), General Electric (EUA), GTE (EUA), Westinghouse (EUA), AEG-Telefunken (Alemanha), North American Rocwel (EUA).

A publicidade também é controlada pelas multinacionais. A despesa anual em publicidade é da ordem de 64 bilhões de dólares, dos quais a metade nos Estados Unidos, que têm 260 agências operando em outros países. Cresce a dependência dos meios de comunicação em relação à publicidade. Ela pode ter alguns efeitos positivos ou negativos, mas o que a distingue dos artigos redacionais dos jornais ou dos programas de rádio e televisão é sua finalidade declarada de persuasão.

Os países em desenvolvimento enfrentam o fato de que o mercado é dominado por algumas agências internacionais, das quais quatro, três norte-americanas e uma japonesa, dispõem, anualmente, cada uma, mais de um bilhão de dólares. Há vários meios de comunicação que dependem dessa publicidade para sobreviver.

Em resumo, a indústria de comunicação é dominada por um pequeno grupo de sociedades que integram o conjunto de aspectos da produção e distribuição, cuja sede encontra-se nos principais países desenvolvidos e cujas atividades são transnacionais.

## **C- INTERAÇÕES - ATORES DO PROCESSO**

Dentro desse quadro mais amplo, torna-se necessário analisar o papel executado pelos diversos atores do processo. Em primeiro lugar, verifica-se que o indivíduo, a pessoa, é frequentemente tratado não como o destinatário das informações, mas simplesmente como o consumidor de um produto cujo conteúdo deve aceitar incondicionalmente.

A ideia de que a circulação da informação deva se orientar sempre num só sentido decorre frequentemente, mesmo involuntariamente, de estruturas sociais, da natureza dos meios de comunicação existentes, de uma repartição equilibrada dos conhecimentos e da experiência assim como de atitudes tradicionais de passividade e submissão.

Seria útil, acentua o relatório, de se reconhecer um valor aos numerosos exemplos de “comunicação alternativa” funcionando horizontalmente e não verticalmente e que permitem ao indivíduo exercer uma função ativa no processo de comunicação.

A questão dos direitos individuais à comunicação é fundamental e ele compreende:

- a) o direito de saber e de ser informado;
- b) o direito de transmitir a outro a verdade tal qual cada um a vê;
- c) o direito de debater.

A esses direitos deve se acrescentar o direito à vida particular, tornado mais importante diante do fato de que o desenvolvimento de bancos de dados permite o levantamento de fatos em número praticamente ilimitado. Fato mais grave ainda é quando a informação assim recolhida e estocada é usada contra o indivíduo que a ela, às vezes, não tem acesso. O relatório cita o exemplo de dados transferidos de arquivos da previdência social para a polícia.

O relatório menciona, também, a necessidade de criação de mecanismos que garantam aos indivíduos, entre outras coisas, o acesso direto aos meios.

## **GRUPOS SOCIAIS**

Grupos sociais organizados devem ter sua palavra a dizer: partidos políticos, sindicatos, igrejas ou comunidades religiosas, movimentos femininos organizações de juventude, associações profissionais, além de outras como as associações comunitárias estão em condição de exercer influência sobre as decisões sociais. Elaboram e propõem alternativas. Às vezes estão na origem da mudança de orientação de certos veículos, mas, em geral, estes não lhes dão a atenção que seria necessária. Daí o fato de, muitas vezes, estas organizações criarem seus próprios veículos.

Os laços de comunicação são essenciais para formação e desenvolvimento de uma entidade nacional. A comunidade é uma combinação de grupos diversos do ponto de vista da classe social, da situação econômica e, muitas vezes da filiação política ou religiosa, bem como de atitudes e opiniões. A comunicação assegura a coesão de toda a comunidade. Se o poder que confere a comunicação é explorado para reprimir e fazer calar as minorias ou dissimular as divergências reais, resulta disso uma alienação de uma fração dos cidadãos e, em consequência, um enfraquecimento da comunidade nacional.

A comunicação institucionalizada, por sua vez, com todos os meios à disposição do governo, organizações profissionais, partidos políticos, grupos de trabalhadores, organizações não governamentais etc, tornou-se uma forma muito poderosa e se desenvolve num ritmo crescente. No entanto, ela pode servir somente para manipular a opinião pública, em vez de lhe dar elementos de informação para que desenvolva sua capacidade crítica.

## **PROFISSIONAIS, EMPRESAS ETC**

Os profissionais, em todo o campo da comunicação, exercem, em consequência, papel cada vez mais importante, sendo exigido deles qualificação sempre maior.

As empresas que controlam os meios de comunicação detêm um poder que, em certos casos, é superior ao dos governos. Este poder se exerce de várias maneiras:

- a) Exploração direta dos meios e outros meios de comunicação ou investimento nas telecomunicações;
- b) Produção de material logístico e distribuição de diversos tipos de programas e de conteúdos;
- c) Publicidade e comercialização;
- d) Diversos processos indiretos que visam a influenciar a produção de mensagens.

O Estado, por fim, também exerce função importante. É responsável seja das condições de comunicação no país, seja da difusão de mensagens e de seus conteúdos.

O Estado atua usando os seguintes meios:

a) regulamentando, pela via legislativa, os direitos e responsabilidades nos diferentes domínios da comunicação;

b) incluindo a comunicação no planejamento geral;

c) regulamentando as condições de propriedade dos meios e atividades da comunicação;

d) distribuindo os recursos (por exemplo, atribuição de frequências) utilizados pelas telecomunicações;

e) controlando os canais de comunicação;

f) atribuindo a ele mesmo a propriedade dos meios de comunicação;

g) fazendo participar diretamente de diversas atividades da comunicação organismos nacionais, regionais e locais criados com esta finalidade;

h) tomando medidas destinadas a evitar a divulgação de opiniões deformadas e práticas abusivas em matéria de comunicação;

i) limitando os conteúdos e mensagens importadas etc.

A questão do controle dos veículos de comunicação pelo Estado é analisada pelo relatório que conclui: “a participação dos governos na comunicação é um fato que é um aspecto da realidade mundial. A participação pública reveste-se de numerosas formas desde a intervenção governamental e a propriedade pública até as atividades de organismos não governamentais e a participação de usuários. Tal diversidade é consequência da decisão soberana de cada país”.

Consideramos, no entanto, que as experiências mais ricas são as que favorecem a participação pública para impedir o monopólio da comunicação, as que estimulam um equilíbrio equitativo entre os diferentes atores implicados no processo de comunicação, as que harmonizam a participação pública, o respeito da autonomia dos meios e a promoção da pluralidade de opiniões. Nesta perspectiva, as facilidades de comunicação podem estar a serviço não apenas de alguns, mas de todos, não apenas dos que detêm o poder, mas da sociedade inteira.

Entre os diferentes atores que intervêm no processo de comunicação, há também os organismos internacionais, como a ONU, a UNESCO, que trata do problema no quadro mais amplo e geral, e organizações especializadas, como a Organização Internacional de Telecomunicações e União postal Universal.

## **DESIGUALDADES**

Embora seja enorme o desenvolvimento das comunicações, uma análise mais detalhada mostra que este processo é cheio de desigualdades e discordâncias entre as zonas urbanas e zonas rurais, entre maiorias e minorias linguísticas ou étnicas, entre populações prósperas e populações desfavorecidas, entre países e entre regiões geográficas.

Em diversos países, o aumento dos meios de comunicação é inferior ao crescimento demográfico, de modo que, em realidade, os serviços oferecidos aos grupos e regiões menos favorecidas estão em processo de redução.

Mesmo em países desenvolvidos, há desigualdades e contradições. Em muitos deles, a televisão está concentrada nas cidades. Mesmo na Europa, há países com dez telefones ou menos por 100 habitantes. Nos Estados Unidos, menos de 3 cidades sobre 100 dispõem de mais de um jornal diário.

Nos países em desenvolvimento, a oposição entre meios urbanos, favorecidos e meio rural desassistido, é total, como é exemplo o próprio Brasil com grande parte da imprensa concentrada entre Rio e São Paulo, o mesmo correndo com estações de rádio com cerca de 80% concentradas nas regiões Sul e Sudeste, que também dispõem de 83% dos aparelhos receptores de televisão, segundo o texto do relatório.

Há, ainda, desigualdades regionais. Há países favorecidos num meio desfavorecido. É o caso da Argentina, na América Latina, e do Japão, na Ásia. Com 5% da população da Ásia, o Japão dispõe de 66% da circulação dos jornais do continente, 46% dos receptores de rádio, 61% dos de televisão e 89% dos telefones.

Os países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina, com  $\frac{3}{4}$  da população mundial possuem apenas a metade dos jornais e  $\frac{1}{4}$  da tiragem total mundial.

Segundo o relatório, as comparações diretas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento são chocantes, de vez que tornam clara a relação entre desenvolvimento econômico e as atividades de comunicação.

Um quadro que demonstra bem esta realidade é o que vem a seguir, notando-se o seguinte: grupo A é constituído por países com PNBB até 400 dólares per capita; grupo B, países com PNB entre 400 e 2.500 dólares, incluídos ai países produtores de petróleo com PNB superior, mas com nível de vida inferior; grupo C, países desenvolvidos, nele incluídos toda a Europa Ocidental (menos Portugal), URSS, Checoslováquia, Polônia, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Israel.

---

**PAÍSES . Jornais receptores aparelhos de . freqüência**

	diários	de rádio	de tv	telefone (sem China)	ao cinema
	por mil habitantes			por habitante	
A- PNB fraco	19.2	56.0	5.4	1.3	2.7
B- PNB médio	19.0	57.2	22.5	15.1	1.1
C- Desen- volvidos	328.0	741.0	338.0	352.0	7.4

O relatório acentua que o telefone é um indicador relativo, não podendo ser utilizado como prova de capacidade econômica do país, mas acrescenta um quadro comparativo entre PNB e o telefone, tomando por base, inclusive, o Brasil:

	BRASIL	URSS	RFA	ZAIRE
<u>PNB por habitante</u>	100	215	577	10

No. de telefones

<u>por habitante</u>	100	214	1.065	1.1
----------------------	-----	-----	-------	-----

Chamadas de telefone

<u>por habitante</u>	100	135	9.701	0.5
----------------------	-----	-----	-------	-----

O relatório assinala, ainda, que tanto maior é o nível tecnológico do meio, maior se torna a distância entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim, os principais países industrializados possuem 87.1% do total de computadores em funcionamento.

A capacidade de investimento também conta. Os desenvolvidos aplicavam, nas infraestruturas de telecomunicações, 16.10 dólares por habitante em 1968, e 54.40 em 1977 contra 1.60 e 6.70 para os subdesenvolvidos, o que nos leva a crer que a tendência será de a distância aumentar e se prolongar por muitos anos.

A questão do preço também serve de elemento de análise. O melhor método, no caso, é o de se medir o preço em horas-trabalho. O preço de compra de um jornal durante um ano representa 22 horas de trabalho nos Estados Unidos, 43 na China, 45 na França, 150 no Brasil. Um receptor de rádio custa de 5 a 12 horas de trabalho nos Estados Unidos, 30 na França, 207 no Brasil e 357 na China. Um televisor a cores representa 87 horas de trabalho nos EUA, 300 na França e 1 520 no Brasil, onde o receptor em preto e branco equivale a 491 horas de trabalho. O preço de um selo de correio nestes quatro países se situa na base de 3 minutos, 6 minutos, 14 minutos e 16 minutos de trabalho.

Um outro elemento de preocupação atual para os países em desenvolvimento é o de que os países desenvolvidos utilizam 90% do espectro de frequências e da órbita geostacionária que deveriam ser recursos colocados a serviço da humanidade inteira.

Na busca de uma solução para estas desigualdades, insiste-se na importância de assistência técnica, necessária ao desenvolvimento das infraestruturas da comunicação, da ajuda material e financeira e na transferência de tecnologias.

Outras medidas, porém, são necessárias. Impõe-se um certo número de mudanças radicais, seja nas políticas nacionais de comunicações, seja na cooperação internacional.

Os países em desenvolvimento deveriam procurar eliminar as distâncias mensuráveis quantitativamente, mas deveriam também se esforçar para atingir a auto-dependência, criando capacidades e elaborando políticas de comunicação. Esta vontade implica que seja admitida por todos uma evolução baseada na independência na tomada de decisões, na diversidade entre as sociedades e na participação democrática.

Relatório MacBride –resumo comentado ou guia de leitura, elaborado pelo Professor Marco Antonio Rodrigues Dias (Brasília, UnB, 1980)

### III – PROBLEMÁTICA: PREOCUPAÇÕES COMUNS

**A-** Apesar dos avanços da comunicação assinala o relatório Mac Bride da UNESCO, subsistem questões a serem solucionadas. Uma delas diz respeito aos defeitos na circulação da informação. Conceitos como “liberdade de informação”, “livre circulação da informação”, “circulação equilibrada da informação”, “livre acesso aos meios” decorrem do princípio fundamental da liberdade de expressão e de opinião. Novas questões surgem, agora, no cenário internacional.

O tema da livre circulação tornou-se, recentemente, a questão mais importante de todo o debate internacional sobre a comunicação.

A Declaração dos Direitos do homem busca garantir o direito do indivíduo à liberdade de opinião e de expressão, mas, nos últimos tempos, o direito de pesquisar e de expandir a informação foi amplamente pisoteado. Importância foi dada apenas ao “direito de receber”, o que é uma visão unilateral que leva à defesa apenas da liberdade dos meios contra as restrições oficiais.

Há, no entanto, muitos outros tipos de restrições, sejam evidentes, sejam dissimulados. Entre as evidentes, destacam-se a violência física e medidas de intimidação, as legislações repressivas, a censura, a constituição de listas negras de jornalistas, a proibição de livros, os monopólios resultantes de medidas políticas, as obstruções burocráticas, as obstruções de caráter judiciário, privilégios parlamentares e obstruções resultantes de práticas profissionais.

Outras são menos claras, como as restrições e pressões econômicas e sociais, infraestruturas inadequadas, definições limitadas ou insuficientes da noção de notícia,

critérios de publicação e escolha de questões a debater, insuficiência da formação e experiências profissionais.

Entre os entraves mais evidentes e odiosos estão as violências físicas contra jornalistas e jornais: perseguições, detenções, torturas, sequestros, assassinatos, ataques a bomba. Além disso, vários governos exercem controle severo sobre os meios. O fato de que estas práticas sejam baseadas em leis existentes não impede que sejam inadmissíveis, quando estão em contradição com instrumentos jurídicos internacionais, particularmente em países que os ratificaram.

Há, ainda, diversas restrições de ordem legal, como a ampliação desmedida do conceito de difamação, necessário, mas usado frequentemente para punir publicações de grupos minoritários. Restrições maiores estão no campo dedicado a “segredos oficiais”, “informações classificadas” ou “segurança”. O Estado tem o direito de manter fora do domínio público questões ligadas à defesa nacional, mas abusa-se deste conceito através de sua ampliação.

A censura é pratica espalhada por toda a parte e, muitas vezes, serve para proteger a elite dirigente ou as personalidades no poder. Manifesta-se de diversas formas, sempre restringindo a liberdade.

O livre acesso às fontes de informação, às pessoas, aos lugares e documentos é outra questão espinhosa, com os governos criando instrumentos, como concessão de credenciamentos, que limitam a liberdade.

Mas há também, restrições à liberdade que não vêm do governo, são originárias de monopólios ou oligopólios que decidem que notícias serão transmitidas, que fatos serão mantidos sob silêncio.

A publicidade, ainda que não procure influenciar diretamente os meios, constitui ameaça levando a uma certa autocensura, de vez que os veículos devem manter boas relações com as fontes de financiamento.

A elevação do custo de matérias-primas, como o papel-jornal, também é elemento restritivo da liberdade.

Hoje, reconhece-se que o princípio da livre circulação, na prática, serviu àqueles que possuíam os melhores meios de comunicação. No âmbito internacional, países poderosos e grandes organizações de fornecimento de informação (bancos de dados, fontes informatizadas de informação especializada, agências de notícias, organismos de distribuição cinematográfica, etc) ocupam posição de destaque com efeitos sociais às vezes graves. A doutrina da livre circulação foi usada pelos gigantes em prejuízo dos menos favorecidos.

É preciso, no entanto, distinguir entre os que querem restringir a liberdade de informação e os que se opõem à “livre circulação” como existe, hoje, para se chegar a uma liberdade de informação mais universal. Igualmente, necessário é separar os que defendem a livre circulação sem intenção de assegurar monopólios e os que estão determinados a manter e ampliar suas posições monopolistas e o status quo no domínio da comunicação.

O relatório, no entanto, mostra sinais de otimismo, dizendo que do debate várias consequências positivas, já se originaram, como:

- a) acordos das grandes agências e organizações de radiodifusão dos países desenvolvidos com não alinhados, com vistas a melhorar o fluxo da comunicação;
- b) interesse crescente em meios de comunicação dos países desenvolvidos no sentido de divulgar fatos relativos ao desenvolvimento dos países da periferia;
- c) debates os mais diversos, seminários, etc, sobretudo os que dizem respeito a novas fórmulas de assistência para o desenvolvimento da área.

No entanto, somente com uma diminuição das desigualdades no interior dos países existentes entre eles e ainda entre recursos e instalações da comunicação é que os riscos para os países em desenvolvimento, inerentes à livre circulação, desaparecerão e se poderá insistir na ideia de um livre intercâmbio de mensagens e de ideias.

A situação atual gerou a circulação em mão única que consiste numa corrente de notícias, dados, mensagens, programas, produtos culturais que vão quase que exclusivamente dos grandes países para os pequenos, dos que detêm o poder e os meios técnicos em direção àqueles que deles são privados, dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, e, no nível nacional, do centro do poder para baixo.

A controvérsia sobre esta questão cristalizou-se, inicialmente, em torno do problema dos fluxos de notícias internacionais e da predominância das grandes agências transnacionais na coleta e disseminação de notícias. O mundo recebe 80% de suas notícias via Nova Iorque, Londres ou Paris. Estima-se que as grandes agências consagram apenas entre 10% a 30% de suas notícias à totalidade do mundo em desenvolvimento.

É verdade, no entanto, que a culpa desta situação não é só das grandes agências, enorme responsabilidade cabendo também a editores e redatores-chefes dos países em desenvolvimento. Por outra parte, muitas das organizações dos países em desenvolvimento são insuficientemente equipadas. Pior ainda, em vários países, as agências são obrigadas a distribuir suas notícias exclusivamente através dos governos ou de agências controladas por estes últimos e não diretamente aos jornais, o que provoca insuficiências, atrasos e propicia a ação direta da censura.

Iniciativas como a do “pool” das agências dos países não alinhados e, ainda, da Inter Press Service foram, em certa medida, desestimuladas, de vez que, nos países industrializados, há falta de receptividade e recusa na utilização de suas notícias e serviços de rádio.

Além disso, a polarização, em vários países em desenvolvimento, entre elite e massas, entre minorias abastadas e maiorias desfavorecidas, limita a atividade das comunicações e diminui a oferta e demanda no “mercado de informação”.

A circulação vertical, do alto para baixo, é reflexo de estruturas sociais, mas repercute no trabalho dos profissionais que tendem a agir no sentido da eficácia, procurando “fazer passar a mensagem”, traduzindo a informação em termos simples para prender e chamar a atenção. Esta técnica é necessária, mas esta concepção da comunicação tende a eclipsar o objetivo importante que consiste em estimular o acesso e a participação do público.

Os sistemas de informação altamente centralizadores e rigorosamente controlados no sentido da circulação vertical dirigida do alto para baixo são, admiravelmente, adaptados às sociedades que reprimem a dissensão e o desvio em relação à política oficial e àquelas que impõem modelos de comportamento. Tais sistemas são, frequentemente, criados e geridos pelo governo que concentra entre suas mãos meios de comunicação poderosos e torna assim difícil ou impossível um diálogo livre e equilibrado. No entanto, este gênero de concentração dos recursos e de circulação de alto para baixo pode igualmente ser coisa de organizações particulares, se elas ocupam posição de monopólio ou de domínio amplo.

A participação de um maior número de pessoas nas atividades da comunicação deveria ser acelerada para fazer progredir as tendências à democratização de todo o processo de comunicação e uma expansão das correntes de informação multidirecional vindo de uma multidão de fontes para o alto, para baixo e horizontalmente.

## **ELEMENTOS DOMINANTES NOS CONTEÚDOS DA COMUNICAÇÃO**

Há numerosos índices de progresso na coleta e circulação da informação no mundo inteiro. No entanto, a informação sofre lacunas e distorções enormes. O público, em geral, não é bem informado.

O conceito tradicional de notícias diz que estas devem ser transmitidas rapidamente após o acontecimento, ser de interesse geral, apresentar uma informação que o leitor ou o ouvinte não tenha recebido, afastar-se da rotina da vida diária e conter uma informação necessária para tomada de decisões.

Para muitos, no entanto, hoje é necessário colocar os acontecimentos e as questões dentro de um contexto mais amplo, que suscite uma conscientização e que garanta sua apresentação exata, tão objetiva quanto possível. É necessário que a informação possa ser utilizada como recurso nacional e meio de educação, mesmo quando as mensagens transmitidas não são abertamente educativas. As notícias dependem da percepção cultural e, nos países em desenvolvimento, o conceito deve ser ampliado de maneira a englobar não apenas os “acontecimentos”, mas “processos” inteiros. Por exemplo, a fome é um processo, enquanto uma greve de fome é um acontecimento; uma inundação é um acontecimento, mas uma luta para por fim às inundações é um processo.

A distorção nas notícias aparece quando as afirmações falsas ou inexatas substituem, conscientemente, fatos autênticos, mas pode ocorrer também de outras formas:

- a) Predominância de fatos sem importância ou mistura de fatos importantes com acontecimentos não relevantes;
- b) Notícias compostas por parcelas apresentadas como um todo, ou quando verdades parciais são reunidas de modo a dar impressão de verdade completa;
- c) apresentação de fatos de modo a levar a interpretação errônea;
- d) apresentação dos fatos de modo a gerar dúvidas ou medo sem fundamento;
- e) manutenção de silêncio sobre fatos ou acontecimentos de interesse do público.

O desenvolvimento dos meios trouxe uma outra distorção. A abertura indiscriminada das portas a impressões novas transmitidas pelos meios afasta, às vezes, o público de sua própria cultura. A introdução de novos meios, sobretudo a televisão, em sociedades tradicionais quase sempre provocou a quebra de costumes seculares, das práticas culturais tradicionais dos modos de vida simples, das aspirações sociais e dos modelos econômicos. Muito frequentemente, os benefícios das comunicações modernas –que difundiam informações e divertimentos insólitos e cativantes, produzidos nas cidades mais frequentemente por fontes estrangeiras- foram acompanhados por influências negativas que perturbam consideravelmente a ordem estabelecida.

O relatório é enfático ao acentuar que “é geralmente” aceito que os sistemas modernos de comunicação e a maneira como são usados criam uma ameaça contra a identidade cultural da maioria dos países, senão de todos.

-“No entanto, convém refletir de maneira mais aprofundada (e, para isso, realizar estudos sobre a questão) sobre o conceito de identidade cultural que comporta um aspecto de individualidade nacional, mas que - a parte algumas exceções que se pode pinçar na história- resulta também da assimilação de influências vindas do exterior. Ela é enriquecida não por um fechamento em si mesma, mas por um desejo de dividir.

Os comunicadores, como os educadores, deveriam cuidar para não inculcar o “chauvinismo”, que prejudica a compreensão internacional”.

## **DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO**

Tudo isto leva à necessidade de uma democratização da comunicação que pode ser definida como um processo através do qual:

- a) o indivíduo se torna um elemento ativo e não um simples objeto da comunicação;
- b) a variedade das mensagens intercambiadas aumenta;
- c) o grau e a qualidade da representação social na comunicação ou da participação são aumentados.

Todos os regimes políticos alegam fundar sua legitimidade na vontade popular. Portanto, a ideia de que esta é a única justificação da autoridade é aceita, em princípio, por todos. Da mesma forma, a justificativa para a comunicação é a de ser um serviço prestado ao público e ser uma resposta às suas necessidades.

Mas, a democracia enfrenta obstáculos os mais variados, A comunicação reflete necessariamente a natureza da sociedade no interior da qual opera e esta pode ser marcada pela desigualdade e ausência de democracia. Assim, as diferenças na repartição das riquezas criam desigualdades entre os que são bem providos e os que são desprovidos em matéria de comunicação.

Nos últimos tempos, no entanto, assiste-se a tomadas de iniciativa que visam a destruir ou pelo menos diminuir estas barreiras. Quatro espécies de métodos podem ser citadas:

- a) Acesso popular mais amplo aos órgãos de informação e ao sistema global de comunicação, graças à afirmação do direito de resposta e de crítica, a diversas formas de retro-informação e a contactos regulares entre os comunicadores e o público;
- b) Participação de não profissionais na produção e na emissão de programas, o que os leva a utilizar ativamente as fontes de informação e favorece também a habilidade individual e, às vezes, a criatividade artística de se exprimir;
- c) Criação de “comunicações alternativas” em geral, embora não sempre locais;
- d) Participação da coletividade e dos usuários dos meios na gestão e na tomada de decisões (em geral limitada aos veículos locais).

A autogestão é a forma mais radical de participação, de vez que supõe uma função ativa exercida por numerosos indivíduos, não só nos programas e na circulação de notícias, mas também no processo de decisões sobre questões gerais.

## COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

Dentro desse espírito, nota-se uma tendência ampla no mundo à descentralização dos meios de comunicação que, no entanto, pode não atingir seus objetivos se os meios descentralizados se limitarem a tentar imitar o que fazem os sistemas centralizados. Nas últimas décadas, surgiu e ampliou-se o que, agora, se chama de comunicações alternativas, que podem se classificar em várias categorias.

A primeira contém aqueles que representam uma oposição radical, de origem política ou filosófica diversa. Partindo do princípio de que a comunicação institucionalizada é utilizada para perpetuar a estrutura hierárquica de uma sociedade, a “contrainformação” exerce uma função de oposição à influência da informação dominante. Ela visa, também, à criação de canais que refletem as necessidades daqueles que são submetidos à corrente de informação dominante e a responder a estas necessidades.

A segunda categoria compreende movimentos dos países industrializados, mais particularmente a América do Norte, que visam a descentralizar as comunicações, de maneira a dar uma função ativa aos consumidores da informação.

A terceira compreende os sindicatos e outros grupos sociais que possuem seus próprios canais de comunicação. Há diferenças entre estas três categorias, mas todas elas se opõem às formas sociais, culturais e politicamente hegemônicas da comunicação. A maioria destas publicações dá destaque mais ao conteúdo que à forma e à informação social mais que ao entretenimento,

Quantitativamente, estes meios não podem se comparar aos de massa, o que, aliás, não é seu objetivo. Mas, a rejeição radical do fluxo vertical dominante, o reforço da coesão de certos grupos e a capacidade que oferece para o desenvolvimento de circuitos horizontais lhe dão um significado sem medida comum com os números que possam servir para medi-la.

Observe-se que a democratização é um processo mais que um conceito estático.

A democratização se processa também pelo desenvolvimento do espírito crítico do público receptor. Este pode se concretizar, seja através de grupos de pressão organizados, seja através da rejeição espontânea do cardápio que lhe oferecem os meios de comunicação de massa.

## **DIREITO HUMANO**

Por fim, a comunicação, hoje, já é vista como uma questão de direito humano. Este direito é tido como “direito de comunicar” que é bem mais amplo que o simples direito de receber a comunicação ou o de ser informado. A comunicação é vista, então, como processo bidirecional.

Apesar da não aceitação do representante soviético na comissão, esta insistiu no direito de comunicar que se comporia dos seguintes elementos:

- a) Direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação;
- b) Direito de apresentar questões, de ser informado, de informar e outros direitos de informação;
- c) Direito à cultura, direito de escolher, direito à vida particular e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo.

Assegurar o direito de comunicar exigiria que os recursos técnicos da comunicação estivessem disponíveis para satisfazer as necessidades da humanidade na matéria.

## **IMAGENS DO MUNDO**

Dentro do princípio de que a notícia deve ser mais um processo que um fato isolado, a comissão entendeu que não se pode pensar, hoje, em comunicação em nível internacional, sem uma vista d'olhos sobre os grandes problemas da humanidade em seu conjunto. A problemas em escala do mundo é urgente encontrar resposta mundial. Nessa linha, os principais problemas apontados são:

- 1- Guerra e desarmamento;
- 2- Fome e pobreza;
- 3- Diferença entre hemisfério norte e o sul;
- 4- Interface Leste-Oeste;
- 5- Violação dos direitos do homem;
- 6- Igualdade de direitos para as mulheres;
- 7- Interdependência e cooperação.

## PÚBLICO E OPINIÃO PÚBLICA

Falando sempre de público e de opinião pública, os autores do relatório julgaram útil mencionar o que entendem por opinião pública e sua importância. Apesar da multiplicidade de definições, há pontos comuns entre elas: o público não pode ser considerado como a soma amorfa de indivíduos que o compõem. É, portanto, necessário falar não do público, mas de públicos. Igualmente, a opinião pública não é simplesmente a soma de opiniões individuais, mas um processo contínuo de comparação e de contraste de opiniões baseadas num leque amplo de conhecimentos e de experiências.

O público é uma coletividade, embora não uniforme. A interação entre público e meios de comunicação é elemento essencial do funcionamento da comunicação. É preciso ter isso em conta, pois o público não é desprovido de atitudes e qualidades próprias. Se assim fosse, seria possível o que não ocorre sempre impor-lhe qualquer tipo de crença, preconceito ou sistema de comportamento.

Fala-se, hoje, também, numa opinião pública mundial, embora frágil e heterogênea. É difícil dizer se se trata de um processo autônomo ou se ela viria a ser a resultante de opiniões públicas nacionais. O importante é que os governos sintam a necessidade de prestar atenção às correntes de opinião não só de seu país, mas do mundo inteiro. Esta é a única explicação possível para os exemplos de anistia, libertação de prisioneiros políticos e propostas para abrandar o pesado domínio racial. Importantes, também, são os movimentos de consciência coletiva e de simpatia entre mulheres, homens e certas categorias sociais independentemente da sociedade.

Por fim, ressalte-se a importância de se pensar sempre na possibilidade de dar ao público, ao cidadão, o direito de participar nas questões públicas, passando do estágio de públicos passivos para uma verdadeira comunidade em que o cidadão não seja expectador e testemunha passiva das ações dos outros.

Relatório MacBride –resumo comentado ou guia de leitura, elaborado pelo Professor Marco Antonio Rodrigues Dias (Brasília, UnB, 1980

## IV- QUADRO INSTITUCIONAL E PROFISSIONAL

A quarta parte do relatório da Comissão MacBride é dedicada à institucionalização da comunicação. Baseados na aceção de que um quadro institucional sólido é indispensável para a utilização eficaz de instrumentos como os que compõem as políticas de comunicação e planejamento e desenvolvimento da informação e da comunicação, os autores do relatório elaboram uma série de análises no campo da política de comunicação.

Esta questão, o leitor é desde logo advertido, é discutida já há algum tempo e as controvérsias são enormes. O primeiro ponto de debates diz respeito à relação entre políticas e estratégias de desenvolvimento.

Hoje, o conceito de desenvolvimento global e integrado já adquiriu direito de cidadania e é neste enfoque que se tenta definir relações entre objetivos do desenvolvimento e as diferentes atividades sociais (notadamente educação e comunicação) ou a otimizar a função que estas atividades poderiam exercer a serviço do desenvolvimento global.

No entanto, a primeira questão a se resolver é a da natureza do tipo de desenvolvimento que se procura alcançar. O modelo que levou os países desenvolvidos à situação atual predominou durante décadas e serviu de parâmetro aos demais países. Independentemente de seu desenvolvimento cultural, certos países atingiram taxas elevadas

de crescimento nacional. O desenvolvimento material continua se processando, seja através dos jogos dos mecanismos de mercado, seja através da ação planejadora do Estado, imperativa ou indicativa.

As repercussões deste tipo de desenvolvimento sobre a qualidade de vida em geral não foram medidas ou analisadas e, hoje, este modelo começa a apresentar problemas. A crise econômica atual que vivem vários países e que é muito mais que uma crise de energia traduz e revela os numerosos conflitos, impasses e ilusões que são constatadas, seja nos países desenvolvidos, seja nos em desenvolvimento.

Por isso, acentuam-se, hoje, outros fatores tais como reformas políticas e sociais que levem a objetivos como os dos aspectos humanos do desenvolvimento ligados à melhoria da qualidade de vida; participação aumentada ou a se instituir das populações na tomada de decisões; adoção de tecnologias apropriadas e que exijam grande coeficiente de mão de obra; repartição equitativa da renda nacional etc.

## **COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

A questão fundamental, então, é a da relação a estabelecer entre a comunicação – infraestrutura e atividades- de uma parte e, de outra, os outros objetivos nacionais ou, em outros termos, a integração do desenvolvimento da comunicação nos planos de desenvolvimento geral.

Devem-se tomar em consideração todos os meios de que possa dispor uma sociedade para atingir os objetivos gerais do desenvolvimento.

Antes, a comunicação era usada para difusão de informações, para fazer com que a população compreendesse os “benefícios” prometidos pelo desenvolvimento e os “sacrifícios” que ela exige e para estimulá-la a seguir os líderes. A imitação de um modelo de desenvolvimento, baseado na hipótese de que a riqueza, uma vez criada, se infiltraria automaticamente em todas as camadas da sociedade, compreendia a propagação de práticas de comunicação de cima para baixo, às vezes exageradamente simplificadas e assimiladas às técnicas de publicidade. Os efeitos foram muito afastados do que se desejava. Reconhece-se,

agora, que estes métodos, nos países em desenvolvimento, serviram aos que já eram privilegiados no meio da comunidade mais que aos marginais e que o fosso que existe entre ricos e pobres não se reduz.

## **DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS**

Diante desse quadro, aceita-se, agora, a ideia da necessidade de definição de políticas. Mas, a formulação e o conteúdo destas apresentam grandes diferenças. Não implicam automaticamente na necessidade de uma direção rigidamente planejada e centralizada, mas podem simplesmente fornecer um quadro favorável a uma coordenação de atividades e ser mais ou menos flexíveis, deixando espaço a uma grande variedade de enfoques. O que elas exigem, por outra parte, é a definição de prioridades. Estas variam de um país a outro.

Algumas, porém, são essenciais e se encontram na maioria dos países. É o caso da circulação de mensagens que não deve ser vertical, nem unidirecional. A afirmação vale também para a necessidade de eliminar os desequilíbrios como os que existem entre meios urbanos em rurais.

Além disso, estas políticas não deveriam servir para restringir o intercâmbio de informações, mas sim levar a uma redução das barreiras e desigualdades no interior das sociedades e entre as diversas sociedades.

A formulação de políticas de comunicação deveria:

- a) Favorecer a mobilização de recursos nacionais;
- b) Reforçar a coordenação das infraestruturas existentes ou idealizadas;
- c) Permitir a fundamentação de escolhas racionais no que diz respeito aos meios;
- d) Facilitar a satisfação das necessidades dos mais desfavorecidos e a eliminação dos desequilíbrios mais evidentes;

- e) Autorizar uma presença mais manifesta de todos os países e de todas as culturas sobre a cena internacional;
- f) Por em relevo uma educação universal e permanente;
- g) Colaborar com o reforço da identidade cultural e a independência nacional.

No que diz respeito ao quadro institucional em que operam as comunicações, os autores do relatório lembram que a formulação de políticas de comunicação se apóia, de maneira geral, numa legislação nacional que, às vezes, é de caráter constitucional e geral, às vezes, é mais detalhada e específica.

Não se pode, no entanto, dar importância demasiada a estes textos que, muitas vezes, são indicadores de intenção, sem nenhum compromisso com a realidade. Na prática, a liberdade de informação é apenas um ideal político e profissional limitado como todo os demais pelas contingências sociais.

Na comunidade das nações, existe uma divergência sobre a função do Estado: uns acham que o livre jogo dos mecanismos econômicos e sociais deve ser a regra e que a liberdade de informação é essencial à democracia. Outros julgam que o Estado é o autor principal cabendo a ele assegurar a predominância do interesse geral sobre os particulares.

O importante é que o quadro jurídico deveria, em princípio, assegurar e estimular o pluralismo e permitir a todo o indivíduo obter a informação e as idéias de diversas fontes e escolher livremente entre elas.

## **LIBERDADE PROTEGIDA**

Atualmente, outros problemas, que não se limitam aos meios de comunicação, são fonte de preocupação geral. Entre eles, destaca-se o da proteção à liberdade e à vida particular de cada um, ameaçadas com a utilização crescente da informática assim como pela circulação, entre fronteiras, de dados tratados e estocados eletronicamente em bancos de dados. Questões como as do acesso fraudulento aos dados que interessam à vida particular, falsificação de dados, possibilidade para os indivíduos de verificar a informação que lhes diz respeito, de

suprimi-las ou de decidir do princípio e das modalidades de seu uso, são alguns dos aspectos da proteção que deve ser concedida a cada um dentro de um quadro institucional.

Em suma, não pode haver modelo único, mas há princípios que são fundamentais, destacando-se do controle democrático sobre todas estas operações.

Por outro lado, independentemente dos sistemas políticos e quase que independentemente do nível de desenvolvimento, as estruturas da comunicação são caracterizadas pela preponderância dos meios e das tecnologias que permitem a organização das comunicações de massa. É, portanto, normal que estes aspectos ocupem um lugar de destaque nas políticas de comunicação e na mobilização dos recursos públicos e privados de todos os países. Isto, por certo, confere à difusão vertical uma importância capital e pode entrar todos os processos eventuais de democratização. Paralelamente, isto permite todas as sortes de ambiguidades e comporta riscos de gigantismo.

## **RECURSOS MATERIAIS**

Ao tratar da questão dos recursos materiais, o relatório, mais uma vez, menciona a dificuldade de definir o conjunto de recursos necessários ao setor bem como as infraestruturas que lhe dizem respeito.

Isto faz com que se torne difícil medir exatamente a parcela referente à comunicação no produto nacional bruto e nos programas de desenvolvimento nacional.

Aliás, a falta de informações de base sobre infraestruturas é um dos problemas mais graves para o estabelecimento de políticas de comunicação e de planejamento,

Um outro problema sério é o da escolha e da produção de equipamento, havendo poucos países em condições, nos dias de hoje, de produzi-los.

A necessidade de infraestrutura é prioritária e nenhum país dela deveria se descuidar, sobretudo porque sua ausência é um dos obstáculos ao reforço da independência. Além disso,

em todos os países, seria necessário promover capacidades endógenas de invenção, de produção e de utilização de técnicas de comunicação, assim como de programas e de conteúdos. Enfim, os países em desenvolvimento deveriam estimular os equipamentos simples e de baixo custo, que estariam mais de acordo com suas possibilidades e responderiam, de maneira conveniente, a suas necessidades imediatas.

## **TECNOLOGIA E NEUTRALIDADE**

Para as políticas de comunicação, é igualmente importante levantar o que implicam as perspectivas de evolução tecnológica. A tecnologia, em si, é raramente neutra: seu uso menos ainda.

A falta de compatibilização de equipamentos e de materiais provoca um problema maior que é o de que as novas tecnologias acarretam diferenças de fabricação, muitas vezes em prejuízo dos investidores e dos consumidores.

No rádio, o problema não existe tanto. Ele aparece com força na televisão, resultando daí dificuldades para intercâmbio de programas entre países, dificuldade de compatibilização de equipamentos, problemas para introdução de novas tecnologias nas estações já existentes.

O relatório avança em sua análise, acentuando, mais uma vez, que tecnologias simples e apropriadas, utilizando meios e métodos facilmente adaptáveis e mais capazes de trazer uma solução imediata procurada, podem, frequentemente, ser mais válidas para os países em desenvolvimento que as tecnologias evoluídas, cujo preço pode torná-las totalmente inacessíveis e que podem se revelar inadequadas às necessidades. Em razão da obsolescência rápida de certas tecnologias, é frequentemente mais do interesse dos países em desenvolvimento adotar tecnologias ligeiras a bom preço do que sistemas excessivamente sofisticados como a televisão a cores.

Este problema está ligado ao da transferência de tecnologia que comporta, ao mesmo tempo, consequências úteis e consequências prejudiciais. As queixas contra estas são:

- a) Consiste essencialmente numa simples exportação da tecnologia ocidental que reflete as práticas econômicas e sociais de uma parte do mundo somente;
- b) É geralmente mais de forte coeficiente de capital que de mão de obra;
- c) Cria uma dependência em relação ao capital, às fontes de fornecimento e aos gostos dos desejos estrangeiros;
- d) É efetuada, sobretudo por sociedades transnacionais que guardam o controle da tecnologia;
- e) Serve às elites (jornais, televisão, telefone) mais do que às massas;
- f) Jamais contribui para a autonomia econômica e para a cooperação entre os países em desenvolvimento;
- g) Favorece o êxodo do interior para as cidades e a emigração.

## **CUSTOS ELEVADOS**

Outro problema sério para os países em desenvolvimento é o do custo dos projetos de comunicação, sendo certo que, hoje, muitos deles não dispõem de condições para desenvolver seus sistemas próprios.

A implantação de um sistema de satélites na Austrália foi orçada entre 100 a 400 milhões de dólares. O sistema TELESAT, no Canadá, custou 75 milhões de dólares canadenses para a parte espacial e 54 milhões para a terrestre. No fim de 1979, o preço de lançamento de um satélite estava por volta de 20 mil dólares por quilo e o de uma antena cilíndrica de recepção doméstica direta de emissões por satélite aproxima-se dos 500 dólares.

Ao analisar a cooperação internacional e a ajuda externa neste campo, sobretudo na infraestrutura de comunicação, o relatório acentua que, de maneira geral, a assistência

internacional tende a permanecer pontual, esporádica e pouco integrada nos planos de desenvolvimento.

Esta deficiência afeta mais o setor de comunicações que qualquer outro, em função de sua natureza complexa e multiforme. Mas, o fator essencial é o da modicidade de recursos colocados à disposição da cooperação internacional para o desenvolvimento da comunicação, de seus circuitos, dos veículos de comunicação de massa e das telecomunicações, comparadas com outros setores ou outros aspectos do desenvolvimento.

A principal fonte de financiamento tem sido o Banco Mundial que, até 1978, forneceu, para este fim, 1.685 milhões de dólares, ou seja, 3% dos empréstimos do Banco desde 1960. O BIRD, até dezembro de 77, emprestara 196.8 milhões, o que representava apenas 1.6% do total de seus empréstimos.

As razões para essa limitação são várias, destacando-se, entre elas, a de que os países em desenvolvimento raramente elaboraram políticas globais de desenvolvimento da comunicação e, com isso, não puderam fazer um inventário de suas necessidades neste campo, nem identificar suas prioridades, o que torna difícil a escolha de assistência bilateral ou multilateral. Além disso, raramente as políticas para os diversos veículos são integradas e, às vezes, são mesmo incompatíveis entre si. Acontece também de o emprego de tecnologias estrangeiras ser mais útil para o país que dá assistência que o beneficiado teoricamente. Raros também são os países que definiram políticas explícitas de comunicação.

No decorrer dos últimos anos, no entanto, a importância da comunicação foi reconhecida sobre o plano político e técnico. O relatório refere-se, com otimismo, ao plano de criação de um programa de desenvolvimento das comunicações que, afinal, foi aprovado na conferência geral da UNESCO, em Belgrado, em outubro de 1980.

## **CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA**

Destaque importante é dado no relatório à contribuição da pesquisa para o desenvolvimento da comunicação. Insiste-se na necessidade de uma reflexão mais analítica, mais aprofundada e, sobretudo, global e crítica dos fenômenos da comunicação e sua relação com o funcionamento das sociedades. A pesquisa que importa é a que diz respeito às

finalidades, às modalidades da comunicação e à totalidade dos problemas que ela apresenta para o desenvolvimento global da sociedade contemporânea.

Analisando a evolução e orientação da pesquisa, o relatório lembra que, inicialmente, teve um conteúdo pragmático, resultado do interesse de se conhecer a eficácia de campanhas publicitárias ou eleitorais. Nos Estados Unidos, é que se desenvolveram estas pesquisas, ganhando ali o status de atividades acadêmicas incorporadas às universidades. Elas, porém, não abordavam as relações entre a comunicação e um grande número dos principais problemas que se apresentam para um país como um todo.

De fato, raras eram as questões abordadas sobre o poder, a organização e o controle, as referências às considerações estruturais ou às tentativas para analisar a significação social dos meios nos contextos histórico e moderno.

Mas, após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se uma evolução marcada sobretudo pelo seguinte:

- estudo sobre aceitação de inovações, sobretudo na agricultura, abrindo caminho a novos modelos de difusão;
- trabalhos dos psicólogos do comportamento, favorecendo o aprofundamento das teorias de aprendizagem que se tornaram importantes no uso dos meios para fins educativos;
- enfoque mais científico da teoria da comunicação, com utilização das técnicas de laboratório, métodos estatísticos avançados e análises sociológicas aprofundadas.

Nos anos 60, a pesquisa passou a se interessar não pela eficácia dos meios mais por seus efeitos reais. Posteriormente, nos países em desenvolvimento, o enfoque estatístico e quantitativo foi colocado em questão e numerosas pesquisas passaram a estabelecer uma ligação mais estreita entre comunicação e as questões políticas ou os aspectos gerais da política nacional.

Nos países em desenvolvimento, no entanto, há falta de pesquisadores em tempo integral, de estabelecimentos de formação de especialistas e de fontes de financiamento. Os raros pesquisadores que se consagraram aos estudos nacionais necessários foram, em geral, formados no estrangeiro e se ressentem de espírito crítico com relação a metodologias e prioridades adotadas em outras partes.

Há desequilíbrios entre países, mas também entre diferentes campos de pesquisa. São válidas as pesquisas sobre identidade e avaliação do público, mas há outros aspectos que merecem aprofundamento. É o caso de diversos modelos políticos, institucionais, estruturais ou técnicos de propriedade dos meios, questões ligadas ao poder dos meios e à influência de diversos poderes sobre os meios, dados econômicos da comunicação alternativa, problemas ligados ao acesso e à participação ou à manipulação dos meios de comunicação, maneiras como diferentes pessoas usam os meios para a educação, a informação ou os lazeres, impacto dos meios e das mensagens etc.

## **PROCESSO SOCIAL**

A pesquisa, então, em lugar de tratar de micro-questões não sujeitas a juízo de valor, deve se esforçar em demonstrar espírito crítico independente e explorar o potencial de novas formas e novas estruturas.

Ela deve aproximar-se da noção nova de comunicação como processo social, o que implica um estudo das instituições dos meios não isoladamente, mas em suas relações com outras instituições dentro de amplos contextos sociais, nacionais e internacionais, isto é, conceitualmente em termos de estrutura, de propriedade, de organização, de socialização, de participação etc, podendo levar a uma reavaliação dos sistemas, instituições, estrutura e meios existentes.

Para isso, é necessário criar, em cada país e cada região, instituições capazes de responder a esta necessidade. A criação de um circuito efetivo de instituições de pesquisa e de formação nos países em desenvolvimento é o fator do qual depende a criação de uma pesquisa nacional.

O desenvolvimento da pesquisa em comunicação deve ser apoiado e estimulado no quadro de políticas de comunicação claramente formuladas.

Isto não é fácil porque a comunicação é interdisciplinar e exige um enfoque que recorra à Filosofia, História, Jurisprudência, Ciências da Vida, Psicologia, Demografia, Sociologia, Economia, Eletrônica, Ciências dos Computadores etc. de cuja combinação dependem os resultados satisfatórios.

Os membros da comissão encerram suas análises sobre a necessidade da pesquisa, lembrando que, para completar seu trabalho, tiveram de recorrer, frequentemente, a experiências profissionais e à intuição, devido justamente à inexistência de pesquisas amplas com caráter realmente científico.

## **OS PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO**

Além do quadro institucional e estrutural e dos meios materiais e tecnológicos, os recursos humanos foram analisados dentro do exame dos elementos exigidos para o funcionamento de um sistema de comunicações.

Há, porém dificuldades de definição do profissional de comunicação em virtude exatamente da amplitude do setor. Enquanto a comunicação era reduzida à transferência de informação e particularmente à difusão coletiva de notícias, o problema não se colocava., A chegada dos últimos produtos da tecnologia da comunicação com satélites, computadores, raios lasers e outros aumento e continuará a aumentar a variedade de profissões necessárias à comunicação.

No decorrer da última década, em certos países industrializados, as atividades de comunicação e informação teriam criado mais empregos que todas as demais atividades reunidas dos setores primário, secundário e terciário.

É certo, porém, que ainda não há unanimidade sobre as maneira de calcular os critérios a reter para determinar a repartição dos empregos entre a informação e os demais setores. O setor de comunicação englobaria, em sua definição mais ampla, uma grande parte da educação e da ciência, uma parte das atividades culturais, dos serviços de saúde, da administração pública e dos serviços financeiros.

De qualquer forma, a qualidade de todo o sistema repousa, em larga escala, na qualidade do seu pessoal. Pode-se, então, considerar que a formação em matéria de comunicação, em todos os níveis e sob todas as formas, é de importância primordial.

## **DIREITOS E RESPONSABILIDADES DOS JORNALISTAS**

A função dos jornalistas ainda mantém posição de relevo dentro desse quadro. Eles reivindicam o direito de pesquisar a informação sem entraves e a de transmitir sem perigo nem obstáculo. Alguns exigem também o direito de exprimir livremente suas opiniões, quando são contratados precisamente com esta finalidade seja como editorialistas, cronistas ou comentaristas. Trata-se inicialmente da liberdade de informação e de expressão. Trata-se também do direito do público de ser informado e de conhecer opiniões diversas. A liberdade de imprensa em seu sentido mais amplo representa uma extensão da liberdade de expressão de cada cidadão, o que é reconhecido como um direito do homem.

Restrições governamentais e outras impostas pelos proprietários dos meios de comunicação explicam o fato de a profissão de jornalista atravessar, em certos países, uma verdadeira crise. Isto pode provocar o risco de levar jornalistas honestos a desistirem da profissão e os jovens de valor a nela não ingressarem.

## **PROTEÇÃO PARA JORNALISTAS**

A necessidade de proteção aos jornalistas ocorre da necessidade de se garantir ao público o direito de comunicar notícias, informações e ideias e o direito de receber notícias informações e ideias.

Uma proteção deveria garantir a integridade física e também a independência e integridade profissional de todos os que participam da coleta, difusão de notícias, de informação e de ideias entre o público.

Eles podem ser alvo de ataques em caso de conflitos e vítimas de represálias se ofenderem governos repressores.

A necessidade de garantir aos jornalistas proteção especial é discutida há pelo menos 25 anos. Parece haver consenso no sentido de que medidas efetivas deveriam ser tomadas para assegurar melhor proteção aos jornalistas no exercício de sua profissão e em situações de perigo que podem se apresentar no decorrer de conflitos armados.

Há, porém, reservas em relação a esta reivindicação. Uns entendem que não se deve conceder privilégios a jornalistas. O respeito aos direitos humanos constitui a melhor garantia de liberdade de informação. Em outras palavras, os jornalistas serão efetivamente protegidos quando os direitos de cada um forem plenamente reconhecidos.

Além disso, vários profissionais julgam que medidas especiais de proteção poderiam levar os jornalistas a serem controlados por representantes das autoridades, de modo que suas atividades, em vez de facilitadas, encontrariam novos obstáculos.

Isto porque a proteção poderia depender de um sistema de credenciamento que permitiria às autoridades dizer que é ou não jornalista.

## **REGULAMENTAÇÃO**

A questão da regulamentação da profissão também é examinada. Ela existe em vários países, mas há quem a julgue desnecessária, sobretudo porque pode gerar restrições à liberdade de informar. Os que a defendem, insistem que ela pode ser meio para proteger jornalistas, prevendo diferentes direitos, garantias e salvaguardas.

O princípio da liberdade e da independência dos jornalistas é reconhecido na maioria das sociedades. Mas, este ideal é, na prática, frequentemente violado, de maneira que os

jornalistas são forçados, seja de se auto-censurarem, seja de se exporem a riscos, cumprindo suas funções com honestidade.

Direitos e responsabilidades devem, então, conceber-se em termos de relações mútuas.

Uma das consequências do poder político e econômico afetando a autonomia dos meios e do monopólio de gestão e de decisão que numerosos jornalistas sentem como atingindo a sua liberdade, traduz-se por reivindicações crescentes, em certos países, da participação na gestão. A cogestão da informação pode ser considerada como meio para o jornalista participar de decisões importantes e um instrumento de democratização da profissão. Dessa forma, os jornalistas poderiam tomar parte na formulação e na execução de política redacional, o que lhes permitiria, ao mesmo tempo, de ser livres e de tomar iniciativas, e escolher assuntos e a maneira de tratá-los, de apresentar seu ponto de vista e, em geral, de, coletivamente, em colaboração com a redação, tomar as decisões fundamentais,

## **NORMAS DE CONDUTA PROFISSIONAL**

A conduta profissional dos jornalista depende de fatores internos e externos à profissão. Eles assumem responsabilidades perante suas próprias convicções, mas também devem comprometer-se com:

- a) responsabilidade contratual em relação aos órgãos de informação e em função de sua estrutura interna;
- b) responsabilidade social que comporta obrigações para com a opinião pública e a sociedade em seu conjunto;
- c) responsabilidade decorrente do respeito à lei;
- d) responsabilidade para com a comunidade internacional com respeito aos valores universais.

Contradições e conflitos podem aparecer entre estes quatro tipos de responsabilidade. Normas de deontologia profissional foram codificadas desde o início dos anos 20 e códigos existem atualmente em cerca de 60 países de todos os continentes. Sua forma e amplitude variam consideravelmente. Há alguns distintos para a imprensa, radiodifusão e cinema. Às vezes, são formuladas e adotadas livremente pelos profissionais., Em outros casos são impostas por leis ou decretos.

O relatório analisa distorções no uso da profissão de jornalista, afirmando ser grave a exploração da profissão para os serviços de informação, que pagam certos jornalistas para fornecerem informações e se infiltrarem na profissão, obtendo posições às vezes de colaboradores para seus agentes como cobertura para suas atividades reais. Esta prática é repulsiva e pode provocar a perda da credibilidade da profissão. Sindicatos de jornalistas declararam, seguidas vezes, que é contra a ética da profissão realizar tarefas para outros (ou deles receber remuneração), que não seus empregadores declarados.

Os códigos de ética poderiam visar à:

- a) proteção dos usuários, seja leitores, espectadores ou ouvintes e do público em geral;
- b) proteção dos jornalistas da imprensa escrita ou de rádio-televisão;
- c) proteção dos redatores e do pessoal que assume a inteira responsabilidade legal pelo que é publicado ou divulgado;
- d) determinação das responsabilidades dos proprietários, acionistas e governos que estão em posição de controlar inteiramente atividades de comunicação de massa;
- e) proteção dos anunciantes, publicitários e de todos os que compram os serviços dos meios de comunicação.

A adoção de códigos de deontologia é desejável desde que sejam preparados e adotados pelos próprios profissionais. Seria de se desejar também que, nesses casos, fosse tomada em consideração a declaração sobre os órgãos de informação aprovada pela UNESCO em 1978.

O relatório analisa a questão dos conselhos de imprensa, instituição surgida em 1916 na Suécia e que se espalha, agora, por diversos países. O Conselho de Imprensa Britânico é

um que se destaca por ter adquirido reputação particular, graças à integridade e firmeza que demonstrou.

Eles constituem uma espécie de Corte de honra (*cour d'honneur* em francês) que exerce um papel auto-disciplinador. Esta ideia se baseia num princípio democrático: as regras de conduta devem ser observadas e respeitadas pelo conjunto dos interessados.

Finalmente, o direito de resposta, já consagrado em várias legislações, é analisado. Vários países já o estenderam ao rádio e televisão e, hoje, discute-se da possibilidade de sua adoção, em nível internacional, o que gera controvérsias.

## V – A COMUNICAÇÃO AMANHÃ

A parte quinta do relatório pode ser considerada a mais importante, na medida em que nela se apresentam conclusões baseadas nas análises elaboradas nas quatro primeiras partes. A comunicação pode ser tanto instrumento do poder como arma da revolução, produto comercial ou meio de educação. Pode servir a fins de liberação ou de opressão. Pode contribuir para a formação da personalidade individual como para a arregimentação uniforme de seres humanos.

O relatório apresenta 82 sugestões precedidas por breves conclusões que são as seguintes:

- 1- O estudo da comunicação mostra que há diversidade de soluções adotadas em diferentes países. No entanto, deveria ser possível definir valores e objetivos comuns baseados nos interesses de todos num mundo interdependente. A aspiração a uma ordem social melhor, mais justa, mais democrática baseada no respeito dos direitos humanos fundamentais manifesta-se em toda parte. Somente a compreensão e a tolerância dependentes de uma comunicação livre, aberta e equilibrada podem garantir a consecução deste ideal;
- 2- O estudo feito pela comissão demonstra a necessidade de eliminação dos desequilíbrios e desigualdades na

comunicação, em suas estruturas e principalmente na circulação da informação;

- 3- A comunicação é um direito fundamental do indivíduo, mas é também um direito coletivo que deve ser assegurado a todas as comunidades e nações;
- 4- É necessário que os países elaborem políticas nacionais globais de comunicação vinculadas à totalidade dos objetivos do desenvolvimento social, cultural e econômico;
- 5- Este estudo deve ser visto como um quadro conceitual para implantação de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, cuja execução deve ser sentida como um processo permanente de mudança na natureza das relações em matéria de comunicação entre as nações e no interior de cada uma delas. Os desequilíbrios no seio dos sistemas nacionais de informação são tão preocupantes e inaceitáveis quanto as desigualdades sociais, econômicas, culturais e tecnológicas, nacionais e internacionais.

As 82 recomendações atingem a diversos objetivos, segundo análise feita pelo próprio Diretor-geral da UNESCO, M'Bow. Umas (1, 3, 4, 5 e 59) estabelecem objetivos gerais para os sistemas de comunicação ou objetivos específicos (1, 12,, 36 e 79). Outras dizem respeito ao desenvolvimento dos meios (6, 7, 8, 9, 12 e 13), enquanto algumas formulam políticas de comunicação (12, 18, 36 e 79). Algumas chamam a atenção para outras formas de comunicação (7, 14, 16 e 17). Há as que falam em alternativas tecnológicas (24, 25 e 27), enquanto outras se ocupam da questão do financiamento desta atividade (11 e 18).

Várias recomendações atingem a questão vital da democratização da comunicação (54, 55, 56, 57, 60, 61 e 65), enquanto outras atingem o problema do conteúdo das comunicações (15, 23 e 31, 34, 35, 36 e 38, 79 e 80, 30, 33 e 57). Algumas fazem referência a problemas que atingem os profissionais (39, 41, 42, 43, 45, 47, 48, 42, 49, 10, 40, 46). Finalmente, algumas se referem à cooperação internacional (67, 69, 70, 71 e 72).

Há, ainda, recomendações que tratam da democratização da comunicação e sua integração com o desenvolvimento (55, 57, 59, 60, 61, 63 e 64), do respeito pelos direitos

humanos (52, 53, 80, 81 e 82), treinamento de jornalistas (40, 46 e 47), proteção de jornalistas (52), pesquisa (54, 62 e 74).

## RECOMENDAÇÕES

As recomendações, apresentadas de maneira sumária, dizem respeito ao seguinte:

1. Elaboração por todas as nações, sobretudo os países em desenvolvimento, de políticas nacionais de comunicação globais vinculadas aos objetivos gerais de caráter social, cultural, econômico e político, com ampla participação pública.
2. Desenvolvimento das línguas de cada país de maneira a responder às exigências complexas e múltiplas da comunicação moderna.
3. Universalização do ensino primário e eliminação do analfabetismo utilizando, para isso, meios de comunicação.
4. Elaboração de prioridades nas políticas de desenvolvimento.
5. Medidas para os países em desenvolvimento desenvolverem elementos essenciais de seus sistemas de comunicação.
6. Desenvolvimento de agências nacionais, criação de circuitos regionais, favorecimento dos jornais rurais pelas agências.
7. Estimulo à produção nacional de livros.
8. Desenvolvimento de redes nacionais de rádio, a fim de atingir regiões isoladas.

9. Desenvolvimento da capacidade nacional de produção de programas de radiodifusão.
10. Revisão de facilidades necessárias para educação e formação do pessoal que trabalha nos meios de comunicação.
11. Necessidade de financiamento adequado do setor de comunicação em todo projeto de desenvolvimento.
12. Extensão de serviços postais e de redes de telecomunicações que sirvam o meio rural.
13. Desenvolvimento de imprensa comunitária em regiões rurais e pequenas cidades.
14. Utilização dos veículos locais e tecnologias apropriadas nos programas de desenvolvimento comunitário.
15. Prioridade à utilização da comunicação para fins de educação e de informação.
16. Organização de grupos comunitários de ouvintes e espectadores e ainda reforço de atividades educativas através de bibliotecas.
17. Criação de centros que utilizem recursos espontâneos da comunicação local, com objetivos de lazer, educação, difusão de informação e intercâmbio cultural.
18. Busca de novos financiamentos para os sistemas de comunicação, devendo ser estudada, entre outras medidas, a criação de taxas sobre a publicidade comercial.
19. Esforço internacional maior de pesquisa-desenvolvimento para fazer aumentar a oferta de papel-jornal.
20. Estudo sobre tarifas de telecomunicações e tarifas postais adequadas aos serviços de comunicação.

21. Divisão mais equitativa do espectro electromagnético e órbita geostacionária.
22. Promoção do diálogo a serviço do desenvolvimento como elemento central da política de comunicação como da política de desenvolvimento.
23. Promoção das políticas de comunicação através do uso de linguagem compreensivo ao grande público.
24. Preparação de estudos sobre o impacto da tecnologia, a fim de facilitar escolhas relativas ao desenvolvimento das infraestruturas de comunicação.
25. Instituição de mecanismos nacionais para facilitar a discussão de prioridades sociais no que diz respeito à introdução ou desenvolvimento de novas técnicas de comunicação.
26. Promoção de pesquisa-desenvolvimento autônoma nos países do Terceiro Mundo que visem a satisfazer necessidades essenciais. Créditos mais importantes são necessários para sustentar e estimular a pesquisa de tecnologias apropriadas.
27. Medidas nacionais e internacionais para quebrar a concentração da tecnologia em poucos países desenvolvidos.
28. Instituição de políticas nacionais de cultura destinadas a estimular a identidade e criatividade culturais com recurso aos meios de comunicação.
29. Políticas de comunicação e cultura que facilitem o acesso aos meios tanto dos criadores como dos diversos grupos situados na base da sociedade para que possam se exprimir e se fazer ouvir.
30. Elaboração de diretrizes relativas ao conteúdo da publicidade, assim como aos valores e atitudes que esta estimula
31. Preferência no reforço dos sistemas de comunicação a formas não comerciais de comunicação de massa.

32. Redução dos efeitos negativos que as considerações comerciais e financeiras podem ter sobre a organização e o conteúdo dos fluxos nacionais e internacionais da comunicação.
33. Promoção da função social dos órgãos de grande informação através de mudanças estruturais de financiamento dos órgãos de informação.
34. Que os países em desenvolvimento busquem, sobretudo: a) harmonia entre domínios de educação, comunicação e ciência; b) criação de centros para coleta e utilização de informações e de dados técnicos provenientes do país e do Exterior; c) reunião de material necessário às atividades essenciais de tratamento de dados; d) desenvolvimento de técnicas e meios de análise e de tratamento, por computador, dos dados obtidos por sensores remotos.
35. Os países desenvolvidos deveriam favorecer intercâmbio de informações técnicas, segundo o princípio de que todos os países têm direito igual de acesso a toda informação disponível.
36. Os países em desenvolvimento devem considerar como prioritária a adoção de políticas nacionais de informática.
37. Em nível internacional, iniciativas que visem: a) estudo sistemático das infraestruturas no campo de tratamento de dados; b) acordo sobre medidas para assegurar uma participação efetiva e multinacional na elaboração de programas, planejamento e administração de infraestruturas; c) análise de medidas para melhorar a informática nos países em desenvolvimento; d) acordo sobre prioridades internacionais de pesquisa em informática.
38. Sociedades transnacionais devem fornecer informações que digam respeito a suas atividades no campo da informática.
39. Medidas para reconhecimento, no mundo inteiro, do jornalismo como verdadeira profissão.
40. Necessidade para os jornalistas de formação geral e ampla e formação profissional específica.

41. Estímulo pelos órgãos de informação ao aumento do nível de consciência profissional dos jornalistas em relação ao sentido de responsabilidade social da profissão.
42. Estabelecimento de conselhos de imprensa e de outras medidas que visem a uma participação maior do público em relação à ação dos meios.
43. Estabelecimento de códigos de ética pelos profissionais.
44. Admissão de correspondentes estrangeiros em todos os países, sendo-lhes facilitado o acesso às fontes de informação, oficiais e não oficiais.
45. Necessidade de normas profissionais mais elevadas para permitir aos jornalistas dar destaque às diversas culturas e crenças no mundo moderno.
46. Formação prévia para jornalistas que vão trabalhar no exterior sobre língua, história, instituições, política, economia e meio ambiente cultural do país ou da região que vão cobrir.
47. A imprensa e a radiodifusão do mundo industrializado deveriam atribuir mais espaço e tempo à reportagem sobre acontecimentos e à difusão de informações de base sobre países estrangeiros em geral, e às notícias que digam respeito ao mundo em desenvolvimento, em particular.
48. Exame mais aprofundado da instituição do direito de resposta, a fim de compensar os efeitos negativos de reportagens inexatas ou maldosas.
49. Necessidade de condenação da prática adotada em vários países de serviços de informação contratarem jornalistas para exercerem atividades de espionagem sob a cobertura de suas atividades profissionais.
50. Necessidade de proteção e integridade de profissionais de todas as pessoas engajadas na coleta e difusão pública de notícias,

informações e opiniões, através do respeito ao direito humano. Em caso de conflito armado, justifica-se proteção especial aos jornalistas.

51. Organização, pela UNESCO,, de mesas-redondas, a fim de se analisar a questão da proteção aos jornalistas.
52. Contribuição dos órgãos de informação e jornalistas a fazer respeita os direitos humanos em toda a parte.
53. ]Contribuição dos órgãos de informação para sustentar a justa causa dos povos que combatem pela liberdade e independência.
54. Realização de estudos mais aprofundados sobre o direito de comunicar.
55. Medidas para reduzir limitações, cláusulas secretas e restrições diversas nas práticas de informação.
56. Abolição da censura e do controle arbitrário da informação.
57. Exame crítico do problema das condições financeiras e medidas que se impõem para reforçar a independência da redação nos jornais.
58. Medidas jurídicas eficazes para: a) limitar a concentração e o monopólio; b) obter das transnacionais que se adaptem às políticas de desenvolvimento nacionais; c) inverter a tendência da diminuição dos que decidem, aumentando a eficácia da comunicação e dimensão dos públicos; d) reduzir a influência da publicidade sobre a política redacional e os programas de radiodifusão; e) aperfeiçoar modelos de maneira a reforçar a autonomia dos órgãos de informação, em matéria de gestão e política redacional.
59. Construção de infraestruturas e adoção de técnicas visando ao fornecimento de informações mais abundantes de fontes mais diversificadas a um público mais vasto.

60. Atenção particular às necessidades das mulheres em matéria de comunicação.
61. Idem para minorias, crianças, jovens, velhos etc.
62. Estudo mais profundo do uso dos meios nos ambientes de trabalho e da vida.
63. Estímulo à participação ativa do público, a fim de que esta possa exprimir sua opinião.
64. Criação de meios apropriados que favoreçam a participação do público.
65. Medidas para democratizar a gestão dos meios, com respeito às tradições e características nacionais, reunindo as seguintes categorias: Dirigentes e proprietários dos meios; Jornalistas e comunicadores profissionais; Criadores; Técnicos; Representantes do público.
66. Aplicação progressiva de medias nacionais e internacionais que favoreçam a instauração de uma nova ordem mundial de informação e comunicação;
67. Atribuição à cooperação internacional relativa ao desenvolvimento das comunicações, prioridade igual àquela concedida a outros setores (Saúde, Agricultura, Indústria, Ciência., educação etc);
68. Exame detalhado pelos órgãos técnicos da estreita relação entre a criação de uma nova ordem econômica internacional e a nova ordem mundial de informação e comunicação.
69. Incorporação da dimensão da comunicação nos programas de acordos entre países em desenvolvimento.
70. As atividades em conjunto de países em desenvolvimento deveriam se desenvolver dentro de uma perspectiva global, com estímulo à cooperação entre agências nacionais e o reforço do “pool” de agências dos países não alinhados.

71. Na área de informação técnica, prioridade deveria ser dada aos estabelecimentos de bancos de dados, de centros de tratamento da informação e centros de documentação especializados no nível regional e sub-regional.
72. Deveriam ser estabelecidos mecanismos que permitisse a divisão de informações de natureza não estratégica;
73. Esforços especiais deveriam ser feitos para assegurar maior atenção à informação sobre outros países ou em desenvolvimento.
74. Devem ser estimuladas medidas destinadas a promover relações e acordos entre organizações profissionais e os pesquisadores em comunicação de diferentes países.
75. Os Estados membros da UNESCO devem aumentar seu apoio ao programa da organização no domínio da comunicação. A UNESCO deveria criar um setor específico destinado à comunicação.
76. É necessário melhor coordenação das diferentes atividades no campo da comunicação promovidas pela UNESCO e no quadro das Nações Unidas.
77. Seria desejável que as organizações vinculadas à ONU dispusessem de um sistema de informações mais eficaz, inclusive com instalações próprias de radiodifusão e acesso a satélite de comunicação.
78. Poderia ser examinada a criação de um centro internacional na UNESCO, para o estudo do planejamento da informação e da comunicação.
79. As políticas nacionais de comunicação deveriam ser coerentes com os princípios adotados em matéria de comunicação internacional e procurar criar um clima de compreensão mútua e coexistência pacífica entre as nações.

80. Problemas de paz e desarmamento, dos direitos humanos, do desenvolvimento e aqueles referentes à instauração de uma nova ordem da comunicação deveriam receber toda a atenção que merecem. Os programas das escolas de comunicação deveriam dar espaço ao estudo destes problemas internacionais e das idéias que se manifestam sobre o assunto no quadro das Nações Unidas.
81. Deveriam ser estimuladas todas formas de cooperação que contribuam a um melhor conhecimento de outras nações e culturas.
82. Uma grande prudência e um sentido elevado de responsabilidade se impõem quando se trata de reportar acontecimentos internacionais ou tensões e crises que possam surgir em tal ou qual país.

O relatório termina mencionando algumas questões que deverão ser objeto de estudos mais aprofundados. Trata-se de proposições que foram ou não aprovadas pela comissão ou nem mesmo chegaram a ser discutidas.

Dizem respeito a:

- Interdependência crescente, sobretudo entre países ricos e pobres;
- Coordenação melhorada, a fim de evitar que persistam projetos e iniciativas esporádicos e sem base séria para pesquisa;
- Normas e instrumentos internacionais;
- Coleta e difusão de notícias internacionais;
- Proteção de jornalistas;
- Maior atenção às zonas negligenciadas;

- Aumento dos recursos financeiros disponíveis para o desenvolvimento da comunicação.

No último parágrafo, como conclusão final, após mencionar que os progressos prometidos pelas novas tecnologias da comunicação deveriam beneficiar a todos os povos, o relatório conclui reafirmando sua mensagem central que deu base a todo este esforço de análise e de reflexão:

“O objetivo é, antes de mais nada, de se conseguir que homens e mulheres tenham a condição de levar uma vida mais rica e mais intensa”

## **DOCUMENTO No. 4**

# **DIREITO Á COMUNICAÇÃO: UM MUNDO, MUITAS VOZES**

Marco Antonio Rodrigues Dias

Universidade das Nações Unidas

Palestra em Brasília no Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 – Direito à comunicação: muitas vozes; 17 e 18 de agosto de 2005- Câmara dos Deputados – Brasília”.

## **DIREITO À COMUNICAÇÃO: UM MUNDO, MUITAS VOZES**

Professor Marco Antonio Rodrigues Dias

Conselheiro especial do reitor da Universidade das Nações Unidas

Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005- Direito à comunicação: um mundo muitas vozes, 17 e 18 de agosto de 2005- Câmara dos Deputados – Auditório Nereu Ramos- Brasília-DF – Realização da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

## INTRODUÇÃO

O escritor mexicano, Octávio Paz, costumava dizer que «a busca do futuro, termina inevitavelmente com a conquista do passado». Ele tinha razão e, em verdade, a iniciativa dos organizadores deste seminário tratando da questão dos direitos humanos, de retomar estudos velhos de um quarto de século, para estudar a questão da comunicação, é plena de sentido. Neste domínio, mais que em outros, e em particular aqui em Brasília, para se entender o presente e ver onde pode ir o futuro, é fundamental dar uma mirada no passado recente.

O princípio, no entanto, vale para outros temas vinculados ao desenvolvimento da sociedade. Em 1962, participamos em Belo Horizonte do lançamento de um jornal alternativo de âmbito nacional, o “Ação Popular”, veículo que, mais tarde, deu nome a um movimento político também nacional. Os responsáveis por este jornal foram objeto de críticas violentas por parte de grupos de extrema direita, porque publicamos, na época, um trabalho de autoria, se minha memória ainda é boa, do então estudante de economia, Paulo Hadad, onde, num gráfico, mostravam-se os capitais do Exterior que eram investidos no Brasil, reduzidos, e, de outro lado, volumes impressionantes de capitais que deixavam o país sob diversas formas, em particular pela remessa não controlada de lucros. Hoje, são os organismos internacionais, mesmo os que defendem uma política de liberalização total, que vêm a público dizer que os grandes benefícios produzidos pela exportação de produtos agrícolas –para citar apenas um exemplo– não colaboram para a solução de problemas sociais na América Latina e em particular no Brasil, porque as multinacionais ficam com todos estes recursos.

Quando cheguei à UNESCO, como diretor da Divisão de Ensino Superior em outubro de 1981 (permaneci neste posto até aposentar-me em fevereiro de 1999), apresentei-me com ideias que acreditava eram novas e revolucionárias. Em pouco tempo, estudando a documentação existente na organização, dei-me conta de que nada era novo e que, em consequência, para não perder tempo e ser mais eficaz, deveria ver, com cuidado, tudo o que tinha sido analisado e feito no passado.

Só assim, com um pouco mais de humildade e de reconhecimento pelo trabalho feito pelos que me haviam antecedido no posto de diretor da Divisão do Ensino Superior, poderia, efetivamente, avançar, progredir e lançar ideias novas, explorando caminhos ainda não descobertos. Creio que foi graças a esta orientação que conseguimos progredir e ter êxito em várias iniciativas, como:

-desenvolvimento de programas de cooperação interuniversitária, em particular o UNITWIN/Cátedras UNESCO que, no final de 1998, já dava seus auspícios a mais de 300 projetos no mundo inteiro.

-definição de políticas sobre o ensino superior que partiam do princípio de que a educação, inclusive o ensino superior, é um direito universal, não podendo seu acesso ser limitado por discriminação de espécie alguma. Um documento sobre políticas universitárias lançado em 1995 ainda é, hoje, dez anos depois, uma referência universal.

-organização, em outubro de 1998, da Conferência Mundial sobre o ensino superior que reuniu, em Paris, quase cinco mil pessoas, com a participação de representantes oficiais de mais de 180 países e que contou com a presença de representantes de instituições universitárias, de associações estudantis, de sindicatos de professores, de representantes da sociedade civil em geral. Na gênese dos princípios adotados nesta conferência, um analista mais acurado encontrará princípios originados pela reforma de Córdoba de 1918 e muito do espírito de Maio de 1968.

## **IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS**

Seguindo nesta linha de mirar o passado para chegar ao presente e olhar o futuro, recordo que, em 1970, ao assumir a direção do curso de comunicação da UnB, não tinha grandes dúvidas. Vinha de uma experiência na imprensa mineira e paulista nos anos sessenta e completara, fazia pouco tempo, em 1968, um programa de pós-graduação em Comunicação na Universidade de Paris.

A comunicação naquela época, comparada com a de hoje, parece coisa da pré-história. Que estudante de comunicação, inclusive entre os que participam deste encontro, teve oportunidade, alguma vez, de ver uma rotativa? Que estudante de hoje sabe o que é uma calandra, uma linotipo?

O progresso tecnológico no final do século XX faz com que a comparação entre as condições de produção de veículos de comunicação, em particular dos jornais, hoje e em 1970, são muito mais amplas que as diferenças entre o processo de produção de um jornal em 1970 e de outro em 1870.

Apesar disto, uma mirada nas reflexões feitas no mundo inteiro e, em particular na Universidade de Brasília, durante os anos 70, mostram que os princípios filosóficos em que deveriam se inspirar os atos de comunicação naquela época, continuam válidos e são muito atuais.

No entanto, os impactos das novas tecnologias da informação e da comunicação sobre a mídia são tremendos. Destaquemos algumas manifestações destes fenômenos:

- 1- No passado recente, dizia-se que um jornal ou um informativo para o rádio ou mesmo a televisão era produzido a quente, sem tempo para a reflexão. Que dizer da situação hoje? Como mais de 79% dos jornais no mundo dispõem de versões on-line, as informações que chegam são lançadas imediatamente nas páginas web, o tempo disponível para reflexão, para um recuo, para verificações que já era insignificante, passou a ser praticamente nulo. Que lições tirar desta realidade? Que cuidados tomar para garantir um mínimo de responsabilidade na difusão de informações? A volta à subjetividade, como querem alguns, em vez da objetividade fria, é uma solução? Em realidade, hoje, neste campo, nada é óbvio.
- 2- A interação com o público é maior. Antes, para que um membro do público, um leitor, se comunicasse com um jornal, era necessária uma grande motivação. Era preciso escrever uma carta, colocá-la em um envelope, assegurando-se antes de que se dispunha do bom endereço, tinha-se que ir ao correio, fazer fila, comprar um selo e finalmente enviá-la, sem se ter certeza de que a mensagem chegaria ao destino final. Hoje, é só ler a notícia, muitas vezes no computador, abrir o sistema de correio-eletrônico, escrever a mensagem, colocar o endereço eletrônico do destinatário e apertar um botão para envio do e-mail que, instantaneamente, chega a seu destino. A diferença é brutal.
- 3- As repercussões das novas tecnologias da informação e da comunicação no mundo do trabalho são terríveis. Uma delas é a precariedade, que atinge todas as áreas e também, é óbvio, a de comunicação, sendo cada vez mais numerosos os jornalistas que trabalham em regime de colaboração sem contratos permanentes. As novas máquinas, em todas as áreas, exigem menos e menos funcionários e isso ainda é mais grave em países como o Brasil que gera pouca tecnologia e que é obrigado a se apropriar de inovações desenvolvidas em outras partes do mundo. A importação de equipamentos diminui o número de empregos aqui, aumenta nos países fornecedores e, cada vez mais, nos que desenvolvem as novas tecnologias.
- 4- As NTICs estimulam a adoção de horários flexíveis, mudanças nos locais de trabalho, o desenvolvimento do tele-trabalho e, como já acentuamos, a precariedade.

- 5- A situação econômico-financeira dos meios tradicionais se agrava em função da concorrência dos novos veículos publicitários, em particular da internet. Na França, país onde vivo há quase vinte e cinco anos, o número de anuários de ofertas de emprego nos jornais diminui progressivamente desde o ano 2000. De um índice de 100 em 1990, chegou-se a um índice de 45 em março de 2005. No mundo inteiro, a difusão dos jornais decresce, em média, pelo menos 2% cada ano. Para manter um nível de vendas significativo, os jornais lançam promoções e vendem, a preços atrativos, DVDs, CDs, álbuns de arte, livros, enciclopédias. Os custos de produção aumentam vertiginosamente, os jovens se desafecionam dos veículos impressos. A leitura sai perdedora nesta evolução.
  
- 6- Um problema ainda mais delicado nos países desenvolvidos do Ocidente é o da perda de credibilidade por parte da grande imprensa pelo aumento da falta de objetividade, pela divulgação de mentiras, seja próprias, seja por parte de autoridades nas quais confiam estes veículos, de manipulações, de submissão a grupos econômicos. Nos Estados Unidos, que se intitulam a terra da liberdade, Fox News, para citar um só exemplo, representa o apanágio das mentiras divulgadas sobre o Iraque. Na Inglaterra, os jornais de maior tiragem são controlados pelo magnata ultra-direitista, o australiano Murdoch, um defensor incondicional do “soi disant” socialista, Tony Blair. Na França, Serge Dassault, construtor de aviões e de armas, explicando porquê comprou “Le Figaro”, um diário tradicional e importante, e L’Express, um semanário no início muito combativo, disse que estes veículos permitem fazer passar um número importante de idéias “sãs”. Patrick Lay, diretor de TF 1, o canal de televisão de maior audiência privatizado no tempo de Mitterrand, disse: - “O objetivo de TF1 é o de ajudar Coca-cola a vender seu produto. O que nós vendemos a Coca-Cola é o tempo disponível do cérebro humano”.
  
- 7- Ainda nos Estados Unidos, uma outra característica merece ser destacada porque fenômenos iguais se repetem pelo mundo afora. Neste país, a FCC- Federal Communications Commission- decidiu recentemente que as frequências de cabo não devem estar submetidas às regras que garantem a concorrência. Em outras palavras, neste campo, em que, tradicionalmente, os Estados Unidos eram apontados como um exemplo de esforço para se garantir, sem muito êxito aliás, a multiplicidade de vozes, o sr. Bush liquidou com medidas básicas que visavam a diminuir a possibilidade de monopólios e de concentração dos meios de comunicação. Resultado destas medidas: a) em junho de 2003, a FCC autorizou os jornais a possuírem estações de televisão na mesma cidade, acumulação vetada até então para se assegurar a multiplicidade de vozes e evitar-se a concentração. Permitiu-se então a simultaneidade de propriedade de cadeias locais e nacionais. b) Em 1999, um grupo radiofônico importante possuía 85 estações de rádio, o que era considerado excessivo. Em 2001, Clear Channel detinha 1.200 estações.
  
- 8- A nova realidade exige de novo profissional conhecimentos novos, domínio das novas tecnologias, capacidade de seleção em meio a uma pletora de informações disponível a todo o momento. Requer também do profissional mais ética e um esforço redobrado para obter confirmação das informações e para valorizar o

sentido social da notícia, em lugar de participar de processos de manipulação ou de defesa de interesses subalternos.

- 9- As Novas Tecnologias da Informação e da comunicação têm também grande impacto na educação. Elas modificam o comportamento dos estudantes que, em grande número, são mais bem informados que seus colegas do passado e, muitas vezes, mais mesmo que os professores. A função destes de transmissores de conhecimento deixa muitas vezes de ser a mais importante. Exige-se, agora, dos professores novos métodos, um conhecimento mais profundo das matérias e, sobretudo, muito diálogo, de um lado, e uma grande capacidade de orientação dos estudantes na busca de informações e de sua interpretação. Lado problemático desta evolução é o que se caracteriza pela possibilidade multiplicada de fraudes e, no nível macro, pela transformação da educação em serviço comercial como defendem alguns países e funcionários da Organização Mundial do Comércio.

Finalmente, quando se revisam os debates sobre a comunicação nos anos setenta e nas décadas anteriores, um dos grandes temas era o da liberdade de comunicação e o do direito de comunicar. No início, batalhou-se pela liberdade de imprensa com respeito ao poder político. No entanto, o desenvolvimento industrial fez com que a existência de meios de comunicação requeresse a existência de capitais significativos. O financiamento pela publicidade veio consolidar uma realidade em que, teoricamente, todos têm o direito de comunicar, mas, na prática, são os empresários da comunicação que falam e dizem falar em nome de todos. Segundo a visão de alguns, o direito de comunicar limita-se em verdade, para o público, no direito de ler ou ouvir o que querem dizer os proprietários dos meios de comunicação.

### ***O SENTIDO ATUAL DO INFORME MACBRIDE***

Tem, pois, sentido relembrar a epopeia que foi a produção do Informe Mac Bride e o significado que teve na história dos estudos sobre a comunicação no mundo. O informe, evidentemente, não era perfeito. Um especialista latino-americano, Luis Beltrán, dizia, a propósito, que um camelo é um cavalo produzido por uma comissão. O relatório, como é tradicional em documentos elaborados internacionalmente, foi resultado do consenso ao qual pôde chegar a comunidade internacional ao final dos anos setenta e início dos anos oitenta sobre os temas espinhosos da comunicação.

Provocou então o entusiasmo de uns e reservas de outros. A comissão que o elaborou era integrada por 16 pessoas, sendo presidente Sean Mac Bride, prêmio Nobel e prêmio Lenine da Paz, ex-ministro das relações exteriores da Irlanda. Havia dois membros latino-americanos entre os dezesseis, Gabriel Garcia Marques e Juan Somavia. Vários latino-americanos foram consultados e sua opinião solicitada pela comissão. Tive o privilégio de ser

um deles e manifestei minha opinião através de carta destinada a Asher Deleon, secretário executivo da Comissão Internacional para o Estudos dos Problemas da Comunicação que havia sido designada pelo então diretor-geral desta organização, o senegalês Amadou Mahtar M'Bow.

Neste documento, assinalava que a comissão havia defrontado os problemas “verdadeiramente importantes no momento atual”. Assinalava, no entanto, que a ótica era predominantemente a dos países industrializados, como era prova o fato de que os dados sobre os quais se fundamentavam análises e propostas eram provenientes quase sempre dos sistemas de comunicação dos países industrializados do Ocidente e do Japão, tirando-se então ilações que eram projetadas sobre o conjunto dos países em desenvolvimento vistos de uma maneira homogênea. O informe era perfeito quando mencionava os perigos das políticas de concentração dos meios de comunicação, mas não era suficientemente claro no repúdio ao monopólio seja estatal, seja particular.

Minha terceira observação dizia respeito à necessidade de se modificar o processo de comunicação, dando-se ao público a possibilidade de se transformar em sujeito do processo. O condicionamento em favor da manipulação é de tal ordem, assinalava então, que não se sabe o que se deve fazer para favorecer práticas que façam do público um verdadeiro sujeito neste processo. Este era o drama, acentuava ainda, de vários profissionais, muitos deles ex-alunos da UnB, que trabalhavam com programas de desenvolvimento comunitário e que enfrentavam problemas desta natureza.

Na época, um resumo das reservas apresentadas contra o relatório se caracterizara pelos seguintes elementos:

1-Meios acadêmicos, sobretudo latino-americanos, consideraram-no muito conciliador.

2-Os representantes oficiais do governo norte-americano estimaram que o informe demonstrava preconceitos claros contra o uso comercial dos meios de comunicação, o que, para eles, era inaceitável.

3- O bloco socialista, liderado pela então URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas- ao se manifestar contra o modelo ocidental, reagia contra a ideia do direito à comunicação, que seria inexistente no direito internacional. O bloco pronunciou-se também contra limitações aos direitos dos Estados em atuar na área de comunicação.

## ELEMENTOS SEMPRE ATUAIS DO INFORME

O relatório se dividia em cinco partes:

- 1- comunicação e sociedade;
- 2- a comunicação nos dias de hoje;
- 3- problemática: preocupações comuns;
- 4- quadro institucional e profissional;
- 5- a comunicação amanhã.

Caso se busque uma síntese dos princípios adotados pelo Informe, em seu conjunto, sem entrar em detalhes, encontraremos o seguinte:

- 1- O público deve ser respeitado e visto como sujeito e não objeto da comunicação, devendo-se favorecer sua participação e seu acesso aos meios de comunicação. O direito de comunicar é de todos.
- 2- Diz-se não à censura e não ao monopólio estatal ou privado. Defende-se a liberdade com responsabilidade.
- 3- É necessária uma alteração no fluxo das comunicações. O enfoque dado pelos meios de comunicação deve visar mais ao processo que aos acontecimentos.
- 4- É necessário desenvolver políticas de comunicação que estimulem o desenvolvimento.
- 5- Deve-se estimular a utilização de novas tecnologias, mas levando-se sempre em consideração que as tecnologias não são neutras.
- 6- O profissional da comunicação deve ser valorizado, sua formação bem cuidada, repudiando-se a utilização de jornalistas como instrumento da repressão.

O Informe Mac Bride teve um grande impacto na sociedade mundial um quarto de século atrás. A tentativa de implementação de seus princípios, desenvolvendo-se uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação provocou grandes debates no interior da UNESCO, ataques violentos contra o diretor geral da UNESCO, Amadou Mahatr M'Bow (que tinha três "pecados": era negro, era muçulmano e vinha de um país pobre, o Senegal). Estes debates, ao final, levaram ao afastamento da UNESCO de três países: Os Estados Unidos, Reino Unido e Cingapura.

A Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação requeria essencialmente o estabelecimento de sistemas de comunicação que não funcionassem em sentido único. Importava ainda elementos como:

- 1- supressão de barreiras internas e externas à comunicação
- 2- pluralismo de informação
- 3- liberdade de imprensa
- 4- livre circulação de informação das ideias e das pessoas
- 5-liberdade dos jornalistas, inseparável da responsabilidade e da supressão de monopólios

## **SILÊNCIO SOBRE MACBRIDE**

Seria de se estranhar que uma política de silêncio tenha baixado sobre a existência e sobre os princípios do Informe Mac Bride. Precedendo a saída da UNESCO dos três países acima mencionados, tentara-se esvaziar o debate sobre os princípios que viriam a constituir o informe Mac Bride, criando-se o PICD –Programa Internacional de Desenvolvimento da Comunicação. Participei, como especialista convidado, da reunião que a UNESCO organizou e os Estados Unidos hospedaram em Washington no final dos anos 70 visando a criação deste programa.

Na época, ficou claro que não eram os mesmos os objetivos dos países industrializados e os dos países em desenvolvimento, representados na época pelo Grupo dos 77. Enquanto os

primeiros tentavam manter, sem mudanças, o sistema de comunicação que lhes assegurava o controle da comunicação internacional e buscavam criar um PIDC que daria aos países em desenvolvimento verdadeiras esmolas (equipamentos para jornais, algumas bolsas de estudo, montagem de estações de rádio em países mais pobres), os representantes do Grupo dos 77, com os quais estávamos associados, viam na comunicação um instrumento de libertação dos povos e desejavam, no âmbito internacional, que se implementassem políticas visando a transformar a comunicação no direito de todos.

Em realidade, segundo acentuamos na reunião de Washington, os países industrializados declaravam que, através do PIDC, os países desprovidos de condições na área de comunicação poderiam criar ou desenvolver seus sistemas, facilitando-se então a existência de um melhor fluxo em escala mundial. A ajuda, no entanto, isto estava claro desde o início, seria vinculada, fazendo com que os equipamentos, em lugar de serem produzidos localmente ou em outros países em desenvolvimento ou ainda adquiridos no mercado mundial ao melhor preço, seriam comprados no país que fornece a ajuda. Em outras palavras, aplicar-se-ia um método que é clássico em processos que visam a reforçar o neo-colonialismo e a dependência.

Não deixa de ser irônico o ver o que se passa nos dias de hoje nas instâncias internacionais. Países como a França que, na época, acabaram se aliando aos norte-americanos, descobriram, com o passar dos anos, com a evolução das tecnologias e com a invasão dos produtos americanos em toda a área cultural, em particular no cinema e nos meios de comunicação, que algo deveria ser feito para impedir o desenvolvimento do neo-colonialismo através da cultura e dos meios de comunicação.

O debate é visível nas discussões em curso hoje, na UNESCO, para a elaboração de uma política de diversidade cultural. Enquanto franceses e representantes de países em desenvolvimento defendem, por exemplo, a existência de quotas, na programação de televisão e de salas de cinema, norte-americanos e os anglo-saxões em geral, consideram que tais medidas contrariam a liberdade de expressão e, agora, em tempos de OMC, Organização Mundial do Comércio, o livre trânsito de mercadorias.

O debate subsiste. O Informe Mac Bride é atualíssimo. A discussão que se faz hoje em Brasília, tendo como palco a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, é mais que oportuna. Concluamos lembrando que no Informe Mac Bride a democratização era vista como um processo, mais que como um conceito estático. Os autores do relatório buscaram formular o que seria o direito de comunicar, que deveria ser integrado pelos seguintes elementos, todos válidos nos dias de hoje:

- 1- direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação;
- 2- direito de apresentar questões, de ser informado, de informar e outros direitos de informação;
- 3- direito à cultura, direito de escolher, direito à vida particular e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo.

A implementação destes princípios permitiria àqueles que, de fato, se interessam pela democratização, o desenvolver o que Jacques Maritain, filósofo francês, um dos criadores da UNESCO, chamava de ideal histórico, ou seja a criação de um projeto de Nação que visasse a uma melhor distribuição da renda nacional.

## NOTÍCIA INTERVOZES



### **Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes**

"Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes" será um espaço nacional destinado à avaliação da situação dos direitos humanos no Brasil e propiciará a troca de experiências e idéias, a formulação de políticas públicas e o desencadeamento de mobilizações.

**Data:** 17 e 18 de agosto

**Local:** Local Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados - Brasília

#### **Veja a programação**

##### **17 de agosto - Quarta-feira**

**8h30** - Abertura com pronunciamentos dos integrantes da Mesa

**9h30** - Muitas Vozes: relatos de violações do direito humano à comunicação

**10h30** - "Nova Ordem da Informação e Direitos Humanos: trajetória histórica do conceito"

**Expositores:** Marco Antonio Rodrigues Dias (Universidade das Nações Unidas) e José David Salomão Amorim (IESB)

**Debatedores:** Murilo César Ramos (Lapcom- Universidade de Brasília), Cícilia Peruzzo (Intercom), Luiz Gonzaga Motta (Núcleo de Estudos de Mídia e Política)

##### **14h15 às 17h - Painéis Simultâneos:**

**Painel 1** - Direito Humano à Comunicação e Políticas Pública

**Painel 2** - A Importância da Comunicação na Educação para Direitos Humanos

**Painel 3:** Gênero, Raça e Etnia na comunicação

**Painel 4:** Estado Federado e exigibilidade dos direitos humanos

**17h - 17h30** - Intervalo para café

**17h30 às 19h30:** Grupos de Trabalho - nos plenários do Anexo II da Câmara

20h - Reunião do Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos

**18 de agosto - Quinta-feira**

**8h45** - Lançamento de livros

**9h às 13h** - Plenária para apresentação de moções e denúncias

**11h às 13h** - GTs: revisão e relatório. Preparação da Carta de Brasília.

**14h** - Exibição do vídeo Não é o que parece, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia e TV Futura, Sua boca (CFEMEA), Onde você guarda seu racismo e vídeos da Campanha CRIS.

**14h20 às 17h** - Plenária final com apresentação da síntese do relatório de cada GT, discussão e aprovação da "Carta de Brasília".

## SOS INTERATIVO

### O SOS IMPRENSA COMENTADO POR SUA EQUIPE E PELOS INTERESSADOS EM COMUNICAÇÃO

#### **17.8.05**

**Relatório "esquecido" da Unesco é tema central no debate sobre comunicação**

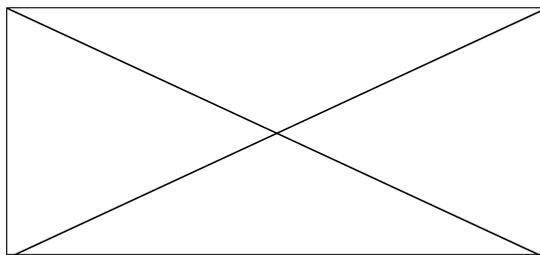
O relatório "Um Mundo Muitas Vozes", conhecido como relatório MacBride, foi a tônica do painel principal do Encontro nacional de Direitos humanos. Batizado de nova ordem da informação e direitos humanos, os debatedores falaram da importância história do documento lançado em 1980 pela Unesco e lamentaram a restrição de sua circulação. O professor da Universidade de Brasília Murilo César Ramos apontou a importância do direito à comunicação. O professor da Universidade das Nações Unidas, Marco Antonio Rodrigues Dias, destacou a utilização de novas tecnologias como forma de acesso a cultura. Ele alerta para a necessidade de não tratar comunicação e cultura como serviços e, como tais, situados no âmbito da Organização Mundial de Comércio. A diretora do Intercom, Cecília Peruzzo, destacou a necessidade de reconhecer o direito de comunicação como direito humano, não só sob o aspecto de acesso da informação mas, também, reconhecer a condição de todos se tornarem produtores e difusores de conteúdo. O direito a comunicação, segundo Cecília, está ligado ao direito a cidadania. O professor da Universidade de Brasília Luiz Gonzaga Motta criticou duramente o posicionamento dos agentes públicos brasileiros que acabam cedendo às

pressões das empresas de comunicação.

Reportagem: Marcelo Arruda

Edição: Luciana Lima

ESCRITO POR JUS 23:09 Comments



26/07/2005

## Direitos Humanos

### Encontro Nacional debate direito humano à comunicação

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM) e o Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH) realizarão, nos dias 17 e 18 de agosto próximo, o Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 - Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes.

O evento tem o apoio de instituições como a Secretaria Especial de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos e Cidadania do Senado Federal, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Unesco e Universidade de Brasília (UnB), e terá lugar no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília. Participarão membros de organizações de Estado e da sociedade, entre outras pessoas ligadas à luta pelos direitos humanos.

O Encontro mantém a tradição anual, criada pela parceria da CDHM, o movimento social e organizações do setor, de ser um espaço nacional com a finalidade de avaliar a situação dos direitos humanos no Brasil, propiciar a troca de experiências e idéias, formular políticas públicas e desencadear mobilizações. A 9ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2004, deliberou que as conferências passariam a ser bianuais, agendando a próxima para 2006.

Enquanto na Conferência os participantes são eleitos em assembleias nos Estados, no Encontro participam todos os interessados, sem condições prévias.

A Organização do Encontro manteve na programação os assuntos de interesse permanente e elegeu, como tema central deste ano, o Direito Humano à Comunicação, por sua atualidade e importância para a sociedade e para os diferentes segmentos da luta pelos direitos humanos.

Os temas dos Grupos de Trabalho corresponderão aos objetos de documentos e visitas oficiais de monitoramento de direitos no Brasil este ano: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Relatório da sociedade brasileira sobre implementação do Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais e Pacto dos Direitos Civis e Políticos; Combate à tortura; Proteção aos defensores dos direitos humanos; Direito Humano à Comunicação; Violação dos direitos humanos na mídia: Educação e Comunicação em Direitos Humanos; Estado federal e implementação de tratados, recomendações e decisões de direitos humanos; Avaliação de políticas públicas de direitos humanos.

O acesso ao evento é livre. As despesas individuais dos participantes correrão por conta dos mesmos ou de suas entidades. Um documento com recomendações será aprovado ao final e encaminhado às autoridades responsáveis pelos assuntos

**novidades**

[notícias](#)  
[NCE na mídia](#)  
[NCE no seu email](#)

---

**notícias**

selecionar:



tratados. Serão fornecidos certificados oficiais de participação. As inscrições poderão ser feitas pelo sítio [www.camara.gov.br/cdh](http://www.camara.gov.br/cdh), ou pelo telefone da CDHM: 061.3216.6570 ou 6571.

Acesse o sítio para receber mais informações.

## ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - 2005

Data 17 e 18 de agosto/2005 - Local Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados

### **17 de agosto - Quarta-feira**

8h30 - Abertura com pronunciamentos dos integrantes da Mesa

9h30 - Muitas Vozes: relatos de violações do direito humano à comunicação

10h30 - "Nova Ordem da Informação e Direitos Humanos: trajetória histórica do conceito"

Expositores: Marco Antonio Rodrigues Dias (Universidade das Nações Unidas)  
José David Salomão Amorim (IESB)

Debatedores: Murilo César Ramos (Lapcom- Universidade de Brasília)

Cicília Peruzzo (Intercom)

Luiz Gonzaga Motta (Núcleo de Estudos de Mídia e Política)

14h15 às 17h - Painéis Simultâneos:

#### **Painel 1 - Direito Humano à Comunicação e Políticas Pública**

Serão debatidas as iniciativas do Estado e da sociedade civil para garantir o Direito Humano à Comunicação, entendido como o direito que a pessoa tem de se expressar, manifestando sua identidade civil, política, econômica, social e cultural. Também serão discutidas medidas que visem assegurar com que concessionários de radiodifusão e outros veículos de comunicação respeitem os direitos humanos em suas programações, sem prejuízo da liberdade de expressão.

**Painel 2 - A Importância da Comunicação na Educação para Direitos Humanos**  
Espaço de poder e sociabilidade, a mídia atua na formação da opinião pública em relação a valores, crenças e atitudes. Seu potencial para a educação em direitos humanos é tão forte quanto sua capacidade de difundir estereótipos contrários às conquistas expressas na Declaração Universal e na legislação em vigor. Como influir para que a mídia seja parceira nos esforços de educação para os direitos humanos?

#### **Painel 3 - Gênero, Raça e Etnia na comunicação**

#### **Painel 4 - Estado Federado e exigibilidade dos direitos humanos**

Este GT pretende aprofundar e delimitar as implicações que todo o arcabouço de direitos humanos, com seu marco legal e os mecanismos de monitoramento e fiscalização, trazem para o estado federado e definir quais mecanismos são os mais adequados para sua efetiva realização.

#### **17h - 17h30 - Intervalo para café**

17h30 às 19h30: Grupos de Trabalho - nos plenários do Anexo II da Câmara

20h - Reunião do Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos

### **18 de agosto - Quinta-feira**

8h45 - Lançamento de livros

9h às 13h - Plenária para apresentação de moções e denúncias

11h às 13h - GTs: revisão e relatório. Preparação da Carta de Brasília.

14h - Exibição do vídeo Não é o que parece, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia e TV Futura, Sua boca (CFEMEA), Onde você guarda seu racismo e vídeos da Campanha CRIS.

14h20 às 17h - Plenária final com apresentação da síntese do relatório de cada GT, discussão e aprovação da "Carta de Brasília".

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados

Secretário - Mário Marques de Araújo

Assessoria de imprensa - Luciana Lima

(61) 32166574 / 81620360

## **DOCUMENTO No. 5**

### **O INFORME MAC BRIDE- ARTIGO**

Geraes - Departamento de Comunicação Social da UCMG

-1980-

# **GERAES**

**Resenha da Hemeroteca**

**Departamento de Comunicação Social da UFMG**

No. 26

Dezembro de 1980

## **NESSE NÚMERO**

- Reflexos de Belgrado: O Relatório MacBride e um plano

internacional para o desenvolvimento  
das comunicações

-A combatividade de Hélio Fernandes

-Jornalistas mineiros indiciados na Lei de Segurança Nacional

-A quem interessam as Salas especiais?

-Órfãos da censura voltam a atacar

-Jornalistas denunciam falta de liberdade

Últimas aquisições da Hemeroteca

**MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO MACBRIDE**

Uma vez que os principais assuntos discutidos na 21ª Assembleia Geral da UNESCO, realizada entre setembro e outubro em Belgrado, foram o relatório Mac Bride e a criação do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação, o Diário do Comércio (de Belo Horizonte) publicou, em novembro, uma série de três artigos especiais do jornalista Marco Antonio Rodrigues Dias, explicando-os. O primeiro artigo foi integralmente dedicado ao Relatório Mac Bride.

Professor e ex-vice-reitor da Universidade de Brasília, Marco Antonio acha que o valor do relatório sobre o conjunto dos problemas da comunicação na sociedade contemporânea pode ser medido pelas reações que provocou em toda a parte, seja de entusiasmo, “pelos que nele pretendem encontrar o fundamento para a implantação de uma Nova Ordem mundial da Comunicação”, seja pelos que o atacam, “por julgar que contraria os princípios básicos de sua conceituação do que é comunicação”. Mas, o relatório MacBride, além de ser um trabalho de conciliação entre os diversos pontos de vista dos países que participam da UNESCO, é um documento importante, no mínimo pelo fato de ser o primeiro estudo da comunicação realizado dentro de um organismo internacional, com o objetivo de tentar estabelecer uma visão global de todos os problemas ligados à comunicação na sociedade contemporânea.

O professor Marco Antonio explica, em sua matéria, cada um dos principais ataques feitos ao relatório. Estes ataques podem ser resumidos como sendo dos meios acadêmicos –que o acharam tímido e demasiado conciliador-, dos meios oficiais e particulares norte-americanos–m que encontrarem nele preconceitos claros contra o uso comercial dos meios de comunicação e consideram que algumas medias propostas poderão estimular um controle governamental e a censura sobre os meios de comunicação – e de representantes do bloco socialista – que o consideraram de padrões demasiadamente “ocidentais” e protestaram contra o apoio dado ao “direito de comunicar”.

Quanto às manifestações de apoio, estas vieram de vários países, principalmente dos países em desenvolvimento, que consideram o relatório

como um passo adiante nos esforços de implantação de uma Nova Ordem Mundial da Comunicação, mais justa e mais equilibrada.

Mas, afinal, o que diz o Relatório MacBride? Eis algumas de suas colocações, extraídas da matéria de Marco Antonio R. Dias, publicada em 22 de novembro no Diário do Comércio.

- É necessário respeitar o público, que deve ser visto como sujeito e não como objeto do processo de comunicação;
- Não se pode mais falar apenas em liberdade de “receber” a comunicação, mas no direito amplo de comunicar de todo o público;
- O relatório é um verdadeiro hino à liberdade, mas à liberdade que acarreta consigo o sentimento de responsabilidade;
- A censura é atacada sem rodeios;
- O controle estatal absoluto é considerado prejudicial;
- A atuação de monopólios ou oligopólios também é denunciada como contrária à liberdade;
- Com base em dados concretos e estatísticos, o relatório mostra que há necessidade de alterações no fluxo de informações entre as nações e, internamente, em cada país, de maneira a evitar que o fluxo se faça em mão única dos países desenvolvidos para os que estão em desenvolvimento e, no interior dos países, de cima para baixo, exclusivamente;
- O conceito de notícia deve ser ampliado de maneira a não englobar apenas os “acontecimentos”, mas “processos” inteiros;

- É necessária a criação de políticas de comunicação que estimulam e favoreçam processos de desenvolvimento. O desenvolvimento deve ser endógeno e favorecer toda a população;
- É inadmissível, hoje, o uso da comunicação apenas para fazer a população aceitar sacrifícios de um crescimento que nunca virá beneficiar toda a comunidade;
- O relatório é enfático ao chamar a atenção dos países em desenvolvimento para a necessidade de estudos que conduzam ao emprego de tecnologias adequadas ao seu estágio;
- A tecnologia raramente é neutra: seu uso, menos ainda;
- Em relação à assistência técnica, é inaceitável um procedimento que, aparentemente filantrópico, na realidade não faz mais que estimular a dependência;
- São exigidas a posição dos profissionais de comunicação e a necessidade de sua formação, o que leva a uma posição extremamente favorável à sua valorização;
- São repudiadas, de forma especial, todas as tentativas de desvalorização da profissão, inclusive a prática difundida em vários países do uso de jornalistas como elementos auxiliares dos serviços de informação e repressão;
- O relatório promove uma análise sobre a democratização da comunicação;
- A democratização é vista também como um processo, mais do que como um conceito estático;

- Existem laços estruturais entre os problemas da comunicação e as estruturas sócio-econômicas e culturais, o que explica o caráter altamente político de que se revestem os problemas da comunicação e, em consequência, sua importância primordial sobre a cena nacional e internacional.
  
- Os autores do relatório tentam reformular o que seria o direito de comunicar, o qual seria integrado pelos seguintes elementos:
  - a) direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação;
  
  - b) direito de apresentar questões, de ser informado, de informar e outros direitos de informação;
  
  - c) direito à cultura, direito de escolher, direito à vida particular e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo.

Reconhecendo algumas falhas no documento, o autor da matéria acha que o que chama a atenção no estudo é o fato de seus autores tentarem integrar suas análises “dentro de uma visão bastante atual do processo de comunicação, fugindo, sempre que possível, da visão mecanicista e manipuladora da comunicação”.

## **UM PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNICAÇÕES**

Paralelamente ao estudo do Relatório MacBride, A Conferência Geral da UNESCO, em Belgrado, debateu a instrumentação do Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações (PIDC). Na verdade, os dois assuntos estão intimamente ligados. Enquanto o relatório MacBride representa uma base conceitual para as ações a tomar quanto à Nova Ordem Informativa Internacional, o PIDC é o instrumento que deverá colocar em marcha o desenvolvimento das infraestruturas de comunicação nos países do Terceiro Mundo.

O objetivo básico do PIDC será o de criar condições para que países desprovidos de condições na área da comunicação possam criar ou desenvolver seus sistemas, facilitando melhor fluxo de comunicação em escala mundial. Para isso, o Programa pretende fazer uma análise das necessidades e dos recursos de ordem técnica e financeira em matéria de informação e de comunicação, a nível nacional e internacional; estimular, sobretudo entre os países em desenvolvimento, a conclusão de acordos sobre intercâmbio de informações, programas e experiências, cooperação e coprodução entre organismos de radiodifusão e televisão, agências de imprensa e associações de jornalistas; fornecer serviços de consultoria aos países em desenvolvimento no campo da comunicação, a fim de facilitar seu uso ao nível máximo dos recursos disponíveis.

A proposta de que se criasse um mecanismo de assistência aos países em desenvolvimento surgiu durante a 20<sup>a</sup>. Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris em 1978, e foi apresentada por algumas delegações lideradas pelos Estados Unidos. O primeiro passo para seu andamento foi uma reunião de especialistas em comunicações internacionais, realizada em Washington, em

novembro de 1979. Esta reunião visava a elaboração de agenda de uma conferência a ser realizada em Paris e seus métodos de trabalho.

Mas foi durante a Ia. Conferência Intergovernamental sobre Cooperação em Matéria de Atividades, Necessidades e Programas Relativos ao Desenvolvimento das Comunicações, realizada em Paris de 12 a 21 de abril deste ano, que se chegou a um consenso, tanto sobre a necessidade como sobre a possibilidade de um programa internacional para o desenvolvimento da comunicação.

Segundo o relatório final desta Conferência, “as deliberações refletiram o caro desejo, amplamente manifestado, de estabelecer no plano internacional, um programa operacional como uma nova iniciativa para fomentar a cooperação em matéria de desenvolvimento da comunicação, aumentar a tais efeitos os recursos humanos e materiais, e dar um imenso passo até o estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação”.

Várias questões relacionadas com o estabelecimento do programa foram solucionadas em Paris nesta ocasião. Entre elas, uma se referia à estrutura e localização da organização encarregada da administração do programa.

Os Estados Unidos, juntamente com alguns outros países, procurou formar uma estrutura multidepartamental, constituída de várias organizações presentemente atuantes no setor das comunicações internacionais. Entretanto, o “Grupo dos 77”, composto essencialmente pelos países em desenvolvimento, conseguiu situar o organismo no âmbito da estrutura da UNESCO, por temer que a proposta norte-americana fosse um Plano Marshall para a Comunicação.

Ficou determinado também que o programa seria dirigido por um Conselho Intergovernamental, formado por representantes de 36 países-

membros da UNESCO,, eleitos pela Conferência Geral com base em distribuição geográfica.

Outra questão importante surgida, então, referia-se ao financiamento das atividades do programa, já que os Estados Unidos deixaram claro que não apoiariam “quaisquer compromissos financeiros obrigatórios, quer em sentido legal ou moral” (Notícias Gerais, Embaixada dos EUA, 08/05/80). Segundo matéria da Inter Press, publicada no Diário do Comércio (Belo Horizonte) de 25/10/80, na Conferência de abril, em Paris, os países industrializados “se esforçaram, para incluir o Conselho Intergovernamental os mecanismos privados que têm os fundos e a capacidade técnica para colocá-los à disposição dos países em desenvolvimento. Mas isto foi categoricamente rechaçado pelo Terceiro Mundo, que considerou que esta fórmula seria uma nova dependência em matéria de estruturas de comunicação”.

A respeito do financiamento, a resolução final da Conferência intergovernamental propunha a futura criação de um “sistema adequado de financiamento e recursos”, enquanto que o diretor-geral seria solicitado a “mobilizar os recursos necessários” e “obter contribuições dos estados-membros e outras partes interessadas!”;

Na Conferência Geral da UNESCO realizada em Belgrado, o Programa foi novamente debatido e reiterado. Segundo o professor e jornalista Marco Antonio R. Dias (Diário do Comércio, 26//11/80), o assunto provoca grandes debates porque envolve interesses econômicos e políticos. Ele acha que o neo-colonialismo é reforçado através da assistência técnica. E explica que isto se deve ao fato de que, na área de comunicação, a assistência a países do Terceiro Mundo é geralmente dada por antigas metrópoles coloniais que, para a criação de agências nacionais de notícias, fornecem material, treinam pessoal e implantam serviços que tendem a repetir as experiências dos centros desenvolvidos. E os equipamentos, em vez de serem produzidos localmente, são comprados no país que fornece a ajuda, criando, assim, uma relação de dependência.

Terminada a Conferência de Belgrado, o próximo passo será o da escolha do diretor do Programa, a ser feita de comum acordo entre o Conselho Diretor do PIDC e o diretor-geral da UNESCO, Amadou Mahtar M'Bow. Segundo Marco Antonio R. Dias, a previsão é de que seja escolhido um representante de país em desenvolvimento.